

REVISTA **DE** SEGUROS

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO MERCADO SEGURADOR

ANO 92 Nº 901 ABRIL / MAIO / JUNHO DE 2017



**SAIBA COMO O
SEGURO PODE
CONTRIBUIR MAIS
PARA A ECONOMIA
BRASILEIRA**

Projeto de Reforma Trabalhista: senador Armando Monteiro defende a mudança da legislação e afirma que nenhum direito seria revogado



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

Pós-Graduação em
**GESTÃO
COMERCIAL
DO SEGURO**
**Atinja novos níveis
na sua carreira**



**Aplicando metodologias
inovadoras para você ir
aonde quiser!**

A Pós-Graduação em Gestão Comercial do Seguro é ideal para quem procura uma visão global do processo de comercialização, em todas as suas etapas.

É um curso diferenciado que irá incrementar habilidades e fornecer ferramentas para otimizar processos e potencializar resultados. Seus e da sua equipe!

**Belo Horizonte | Blumenau | Curitiba
Goiânia | Rio de Janeiro | São Paulo**



Mais informações

São Paulo: (11) 2739-1029 / 1059

Demais Unidades: (21) 3380-1531 / 1091

posgraduacao@funenseg.org.br

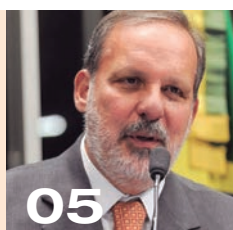
www.funenseg.org.br



EDITORIAL

Matérias desta edição mostram que o setor de seguros tem arsenal de estratégias para ser um dos principais fiadores do crescimento sustentável do País.

04



ENTREVISTA

Para o senador Armando Monteiro, a Reforma Trabalhista manteria direitos básicos do trabalhador e permitiria a negociação de condições mais vantajosas.

05

ECONOMIA E SEGURO

Além de manter o ritmo de crescimento em meio à crise, o mercado segurador procura aumentar sua influência na definição de políticas macroeconômicas.



08

TECNOLOGIA

O futuro dos negócios e do trabalho no mundo será afetado por macrorrevoluções tecnológicas, alvos de análise das empresas de inovação.



18



CONSUMIDOR S/A

A experiência da WEG na proteção de riscos revela a contribuição do seguro para o crescimento sólido dos negócios e a proteção dos funcionários.

20



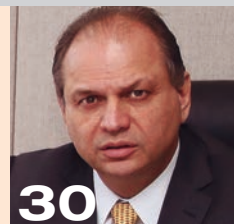
28

SEGURO PIRATA

Vendas irregulares de proteção pelas associações automotivas avançam, apesar de denúncias, afetam competição e prejudicam consumidores incautos.

SAÚDE SUPLEMENTAR

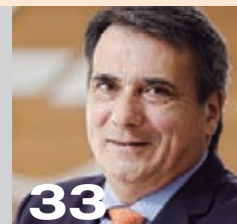
Diante dos custos crescentes, ministro da Saúde sugere que as operadoras adotem novos modelos de gestão para obter eficiência e reduzir desperdícios.



30

EDUCAÇÃO EM SEGUROS

Alinhadas com as mudanças de hábitos dos consumidores, seguradoras criam soluções para os mais variados riscos de clientes de todas as classes sociais.



33

EXPEDIENTE



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Jayme Brasil Garfinkel

VICE-PRESIDENTES NATOS

Edson Luis Franco, João Francisco Silveira Borges da Costa, Marco Antonio da Silva Barros e Solange Beatriz Palheiro Mendes.

VICE-PRESIDENTES

Mario José Gonzaga Petrelli, Osvaldo do Nascimento e Gabriel Portela Fagundes Filho.

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Alexandre Malucelli, Antonio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade, Francisco Alves de Souza, Irlau Machado Filho, Ivan José de La Sota Duñabeitia, Jorge Hilário Gouvêa Vieira,

José Maurício Pereira Coelho, Luiz Eduardo Loureiro Veloso, Marcelo Mancini Peixoto, Nilton Molina, Octavio de Lazari Junior, Pedro Cláudio de Medeiros Bocayuva Bulcão, Pedro Pereira de Freitas e Wilson Toneto.

DIRETOR GERAL EXECUTIVO

Marco Antonio da Silva Barros

REVISTA DE SEGUROS

Órgão de divulgação do mercado segurador

Editora-chefe

Ângela Cunha (MTb/RJ12.555)

Editor Executivo

Vagner Ricardo

Coordenação Editorial

Via Texto Agência de Comunicação
viatexto@viatexto.com.br
21 - 2262.5215

Jornalista Responsável

Vania Mezzonato – MTb 14.850

Revisão

Claudia Mara Alcon dos Santos

Colaboradores

Bianca Rocha, Cecília Barroso, Chico Santos, Francisco Luiz Noel, Gabriel Oliven, Jiane Carvalho, João Maurício Carneiro,

Jorge Clapp, Larissa Moraes, Luciana Calaza, Marcia Alves, Maria Luisa Barros e Vagner Ricardo.

Fotografia

Arquivo CNseg, banco de imagens Google e divulgação de empresas.

Projeto Gráfico

Tapioca Comunicação

Redação e Correspondência

Superintendência de Comunicação Interna – CNseg
Adriana Beltrão e Rodolfo Campos.

Rua Senador Dantas, 74/12º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205

Tel. (21) 2510.7777

www.cnseg.org.br

E-mail: revistadeseguros@cnseg.org.br

Escritório CNseg/Brasília

SCN/Quadra1/Bloco C

Ed. Brasília Trade Center – sala 1607

Gráfica: Walprint

Distribuição: Serviços Gerais/CNseg

Periodicidade: Trimestral

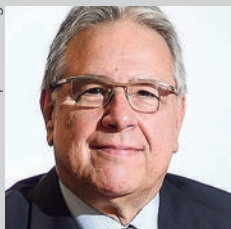
Circulação: 5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

O PAPEL DO SEGURO NA POLÍTICA ECONÔMICA

MARCIO SERÔA DE ARAUJO CORIOLANO, Presidente da CNseg

Arquivo CNseg



Nas páginas seguintes, os leitores desta edição da Revista de Seguros terão mais uma demonstração de que o seguro deve mesmo ocupar espaço prioritário na política econômica do Governo, por ter um arsenal de estratégias para ser um dos principais fiadores do crescimento sustentável. Nas economias modernas, é a mão invisível do seguro que reduz incertezas, dá suporte a decisões estratégicas de investimentos, oferece proteção pessoal e preserva patrimônios, rendas e qualidade de vida, além de ser um indutor da expansão econômica, dada sua condição de investidor institucional. Confirme parte dessas premissas em nossa matéria de capa (veja pág. 8).

As seguradoras controlam, globalmente, um terço dos ativos institucionais no planeta, razão pela qual as economias com maior penetração do seguro saem mais rapidamente dos ciclos recessivos. No Brasil, os ativos do nosso setor superam a casa de R\$ 1 trilhão. Logo, podemos contribuir para uma reação efetiva da economia, desde que haja uma regulamentação

mais equilibrada, que não onere excessivamente o capital, nem crie custos de transação dispensáveis, e que seja criativa o suficiente para expandir o mercado e despertar nosso espírito animal, mas também deve ser dura, para vigiar e punir agentes inescrupulosos, como aquelas associações que insistem na venda indevida de seguros (veja pág. 28).

Entre outras ações de fomento, poderíamos citar o chamado “patrimônio de afetação”, que significa a blindagem dos planos de previdência, para assegurar que os valores acumulados só sejam utilizados para o pagamento dos benefícios – hoje, esses recursos são usados em outras obrigações, em caso de liquidação da companhia.

Outro exemplo é o seguro obrigatório privado para cobertura de Acidentes de Trabalho, o que reduziria os gastos do INSS com esta rubrica, além de promover eficiência operacional indispensável. No campo da infraestrutura, podemos ser um instrumento importante para a conclusão das obras públicas, com novas regras para o Seguro Garantia.

Enfim, somos um mercado ávido por oferecer novas contribuições em muitas áreas, mas dependemos de uma regulação moderna e flexível que estimule os cidadãos e dê segurança aos investimentos dos acionistas.

Simultaneamente, enfrentamos os desafios que se avizinham como a revolução silenciosa provocada por tecnologias disruptivas, notadamente as mudanças esperadas, pelo menos, no ramo de Automóvel, em razão da era digital; as campanhas de integração com os consumidores, empreendidas pelas empresas de capitalização; o esforço das operadoras de saúde para mitigar a inflação médica e reduzir os repasses às mensalidades gerados pelos custos crescentes.

Mesmo em um cenário adverso para o País, o mercado mantém-se resiliente - o crescimento no acumulado do ano aproximou-se de 7% até maio – algo que reflete a confiança do consumidor, revigora nossas forças e nos faz reverberar o mantra de que o setor precisa ser recolocado no centro das políticas econômicas do Governo. Boa leitura!

REFORMA TRABALHISTA: PROPOSTA NÃO PREVÊ REVOGAÇÃO DE DIREITOS

POR CHICO SANTOS

Em entrevista exclusiva à *Revista de Seguros*, o senador Armando Monteiro (PTB-PE), um dos principais defensores da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional, disse que o argumento segundo o qual a mudança da legislação vai favorecer o aviltamento do trabalhador “é mais ideológico do que factual”. Segundo o parlamentar, “é preciso lembrar que nenhum direito foi revogado” no projeto em fase final de aprovação. A manutenção dos direitos básicos, de acordo com a avaliação de Monteiro, vai assegurar proteção aos trabalhadores mais fragilizados, enquanto aqueles que estiverem em condições buscarão negociar contratos mais vantajosos ao abrigo da nova legislação, que trará segurança jurídica a ambas as partes nas mesas de negociação. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Quais os pontos essenciais para que a reforma represente, de fato, uma atualização das relações de trabalho?

Existem dois grandes temas. O primeiro é o de valorização do modelo negocial em relação ao estatutário, que assegura proteções ajustadas a diferentes realidades nos contratos negociados. Teremos um arranjo institucional no qual a CLT assegura

as proteções gerais e os contratos negociados fixam as proteções específicas. O outro grande tema refere-se à atualização das regras do trabalho parcial e temporário, além da inclusão de novas modalidades de contrato, como a jornada intermitente e o teletrabalho, que reconhece essas novas formas de trabalho.

Há quem afirme que a prevalência do negociado sobre o legislado vai fragilizar as categorias profissionais com menor representatividade. Qual sua avaliação?

Os trabalhadores sempre terão a opção de permanecer com as regras do contrato de trabalho tradicional. Além disso, o Brasil está convergindo para



Arquivo Pessoal

“Estamos reduzindo a informalidade e a insegurança jurídica, o que viabiliza a criação de vagas para essa modalidade de contrato, representando oportunidade para estudantes, deficientes e aposentados.”



Antonio Cruz (Agência Brasil)

a experiência internacional dos países desenvolvidos que busca valorizar e priorizar o modelo negocial.

A criação de um regime próprio para o trabalho intermitente seria a institucionalização do “bico”? Ele criará um contrato paralelo à Carteira de Trabalho?

Não, dado que se está propondo a criação de um regime que mantém os mesmos direitos trabalhistas previstos nos contratos tradicionais da CLT. A proposta que apresentamos traz as mesmas previsões, além da obrigatoriedade de o contrato de trabalho intermitente ser celebrado por escrito, ainda que previsto em acordo ou convenção coletiva, com a determinação dos locais de prestação dos serviços e os turnos ou períodos previstos em que o trabalhador deverá ser acionado.

Estamos reduzindo a informalidade e a insegurança jurídica, o que viabiliza a criação de vagas para essa modali-

dade de contrato que representa uma oportunidade para estudantes, aposentados, deficientes que não desejam ou não podem trabalhar em tempo integral, ou outros trabalhadores que buscam complementar a renda oferecendo sua força de trabalho em horários alternativos.

Um dos argumentos contrários à reforma é o de que, nas condições atuais de desemprego, ela facilitará o aviltamento do trabalhador. Qual a opinião do senhor?

Esse é um argumento mais ideológico do que factual. É preciso lembrar que nenhum dos direitos foi revogado. A reforma mantém um patamar de direitos básicos, garantidos pela Constituição, e admite um espaço relativamente estreito de dispositivos que podem ser negociados de modo voluntário – com a vantagem compensatória de garantia do emprego. Os sindicatos ficarão fortalecidos com a exposição ao modelo negocial. Temos que admitir que há uma gama enorme de trabalhadores que não são hipossuficientes e que desejam negociar de forma específica suas condições de trabalho.

Como o senhor vê a institucionalização do trabalho terceirizado para qualquer tipo de atividade (meio ou fim)? Ela precariza o trabalho na indústria, por exemplo?

A terceirização já é uma realidade no mundo e no Brasil. Temos no País cerca de 13 milhões de trabalhadores nessa condição, mas não havia uma lei para regular com segurança jurídica e com salvaguardas protetivas o trabalhador. Há cerca de 20 anos o Congresso Nacional debatia esse

tema. Um dos pontos críticos é a questão da atividade-fim *versus* atividade meio, que, para vários setores econômicos, inclusive para a indústria, é uma fronteira indefinida.

No relatório do Senador [Ricardo] Ferraço, há exemplos nesse sentido: como o da gigante de computação Dell, que não produz exatamente computadores, mas organiza milhares de contratos de fornecedores e empregados. Ou o de muitas multinacionais que já terceirizaram atividades, desde o desenho do produto até a pós-venda. Portanto, não cabe ao legislador ou ao juiz identificar essa fronteira, porque isso é fonte de judicialização e de decisões arbitrárias. Para se gerar mais empregos com maior produtividade, eficiência, segurança jurídica e proteção ao trabalhador, é que a terceirização deve ser institucionalizada sem essa restrição.

Quais os exemplos internacionais que servem de apoio às mudanças que estão sendo propostas pela Reforma Trabalhista brasileira?

Os principais exemplos vêm dos países mais desenvolvidos. Por exemplo: há cerca de 20 anos, a renda média do alemão era equivalente à do francês. O ex-primeiro-ministro alemão [Gerhard] Schröder, de filiação social-democrática, de esquerda, entendeu que seu país deveria promover mudanças e reformas, inclusive a trabalhista. A França, então presidida por Jacques Chirac, conservador, não quis enfrentar essa agenda. Resultado: o trabalhador alemão tem hoje uma renda 20% superior à do francês e a taxa de desemprego na Alemanha corresponde à metade da francesa.

O Senado deveria aprovar a reforma como ela saiu da Câmara dos Deputados ou são necessários ajustes?

Num sistema bicameral, a participação de cada Casa é fundamental. Nessa reforma não pode ser diferente. Entretanto, em função do calendário apertado das reformas, foi viabilizado um acordo entre as principais lideranças do Senado e o Executivo. O texto básico que veio da Câmara, indicando ajustes a serem feitos pela edição uma Medida Provisória (MP), pode incluir vários temas, conforme o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos: negociação do intervalo intrajornada, acordo individual para jornada de 12 horas por 36 horas, regulamentação do trabalho da gestante e lactante em ambientes de trabalho insalubres e o trabalho intermitente, dentre outros. Eu mesmo apresentei emenda que viabiliza a introdução desse contrato de trabalho, mas garantindo todos os direitos de um trabalhador sobre o contrato tradicional, definindo os locais de prestação de serviços e os períodos ou turnos em que esse trabalhador deverá ser utilizado.

Quais serão os ganhos, em termos de trabalho formal, com a nova legislação?

Todas as instituições são plasmadas em função da dinâmica do próprio processo socioeconômico. Vejam o impacto no trabalho em função das novas tecnologias: muitas profissões aparecem, outras desaparecem ou se transformam. Os modos de contratação e remuneração mudam ao longo do tempo. Há atividades que são exercidas de maneira convencional e

“A reforma mantém um patamar de direitos básicos, garantidos pela Constituição, e admite um espaço relativamente estreito de dispositivos que podem ser negociados de modo voluntário.”

que estão muito associadas a essa relação de emprego e salário fixo; porém, outras requerem trabalhos por objeto, por projeto ou remuneração atrelada à produção. Há contratos de emprego por prazo indeterminado em que os profissionais trabalham em várias empresas. Em suma, o mundo mudou e a fonte do direito do trabalho tem se deslocado crescentemente – é uma tendência universal – da lei que não acompanha a dinâmica do processo social para o contrato, evidentemente, com o contrato adquirindo força de lei. O contrato nada mais é do que o reconhecimento de que há atores legítimos que podem, no seu próprio interesse, pactuar. O negocial introduz novas formas de contratos de trabalho, reduz a insegurança jurídica na contratação, contribui para diminuir a informalidade que alcança milhões de trabalhadores e abriga, ao amparo da Lei, modalidades de trabalho que atualmente não dispõem de proteção previdenciária ou trabalhista.

A FUNÇÃO DO SEGURO NA RETOMADA DO CRESCIMENTO DO PAÍS

POR GABRIEL OLIVEN

Apesar do estímulo à poupança interna e do papel de proteção de pessoas e bens, o setor tem passado despercebido das autoridades na tomada de decisões estratégicas para o País.



Arquivo CInseg

R\$ 1 trilhão, o setor tem muito a contribuir neste aspecto. Além de ser um fator de estímulo à poupança interna, cumpre papel fundamental na proteção de patrimônio e das famílias e na criação de um ambiente mais propício à geração de riquezas. A volta da estabilidade econômica passa pelos seguros.

Por sua abrangência, o setor reivindica o protagonismo na formulação de políticas públicas capazes de fomentar um novo ciclo de prosperidade. A participação nesse processo, contudo, ainda é tímida. Nos últimos anos, o potencial dos seguros tem passado despercebido pelas autoridades na tomada de decisões estratégicas sobre os rumos da economia e a redução do custo Brasil. Essa situação é ainda mais evidente no cenário atual, diante da necessidade de aprovação das reformas estruturais.

Economistas e *policy makers* concordam que o mercado precisa de estímulos adequados para ajudar o País a retomar as rédeas do desenvolvimento. Responsável por 6,2% do Produto Interno Bruto – PIB, o setor é

O mercado de seguros tem diante de si um duplo desafio. De um lado, precisa manter o ritmo de crescimento, em meio à crise persistente e ao cenário de incertezas no País; de outro, busca aumentar sua influência na definição de políticas macroeconômicas. Com ativos de mais de um

peça-chave para estimular investimentos e aliviar a pressão sobre as contas públicas.

REGULAÇÃO ADEQUADA

Na opinião do economista José Márcio Camargo, professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC-RJ, os estímulos ao setor devem vir na forma de uma regulação adequada. “Quanto melhor a regulação, mais produtivo será o setor de seguros. Em excesso, a regulação pode acabar engessando o mercado, mas, se aplicada na dose certa, pode criar incentivos para diferentes ramos e segmentos. É o caso da previdência complementar, que hoje tem condições de exercer um papel central na economia. Portanto, a regulação precisa ser amigável e compatível com a demanda dos segurados”, afirma.

A Reforma da Previdência, atualmente em discussão no Congresso Nacional, traduz bem o pensamento de José Márcio Camargo. Ele ressalta que o Brasil gasta “um absurdo” com seguridade e assistência social. “Os idosos representam hoje 14% da população. O País destina 13% do seu PIB para despesas com Previdência e Assistência Social. Outros países que têm a mesma proporção de idosos gastam, em média, de 4% a 4,5% de seus PIBs. Essa situação é totalmente insustentável do ponto de vista fiscal”, critica. O economista lembra que o Governo terá que ser menos generoso com a

Previdência Social, como forma de equilibrar suas contas. Esse recuo abre espaço para a iniciativa privada, beneficiando diretamente o setor de seguros, seja através dos planos de previdência e capitalização, seja com as apólices de vida. “O setor tem muito a oferecer em termos de oportunidade, com planos de previdência capazes de atrair os trabalhadores que não serão mais atendidos pelo sistema oficial”, enfatiza.

Camargo enxerga nesse processo um ciclo virtuoso. Segundo ele, a expansão da previdência complementar resulta em aumento da poupança interna. Esses recursos geram efeito positivo sobre as taxas de juros, estimulando novos investimentos. “São fatores que propiciam um ciclo de crescimento de longo prazo. É um efeito macroeconômico de grande importância, que precisa ser levado em conta”, observa.

INDICADORES ROBUSTOS

De fato, as contribuições do mercado de seguros são amparadas em indicadores bem robustos. O setor reúne 115 seguradoras, 17 empresas de capitalização, 23 entidades abertas de previdência complementar, 128 resseguradores e 1.293 atuando na saúde suplementar. Ao todo, essas empresas geraram mais de 151 mil empregos diretos no ano passado. As segu-

Arquivo CNseg



“O setor tem muito a oferecer em termos de oportunidade, com planos de previdência capazes de atrair os trabalhadores que não serão mais atendidos pelo sistema oficial.”

José Márcio Camargo

radoras pagaram aos agentes produtivos e às famílias um total de R\$ 260 bilhões em indenizações, benefícios, resgates e sorteios.

Esses números impactam diretamente os índices de produção e consumo, oferta de crédito, investimentos e comércio exterior. O Ministério da Fazenda atesta a força do setor, por meio do coordenador de Seguros e Previdência Complementar da Secretaria de Política Econômica, Ernesto Serêjo Costa. “As diversas modalidades de seguro dão suporte ao desenvolvimento do setor produtivo, através dos seguros de produção agrícola, transporte de cargas, garantia de obras, equipamentos industriais e crédito à exportação. Estes seguros aumentam a previsibilidade do retorno da atividade econômica, estimulando o investimento”, aponta.

As reformas estruturais, segundo Costa, terão contribuição expressiva para estimular o setor de seguros. “A trabalhista tornará mais flexível o mercado de trabalho, enquanto a previdenciária contribuirá para a solvência do Estado brasileiro no longo prazo. A percepção de solvência do Estado é importante como forma de garantir um ambiente econômico estável para investimentos”, define. O secretário acrescenta que as mudanças demográficas e as reformas de natureza fiscal terão reflexos positivos no setor de seguros a médio e longo prazos, em especial nos produtos rela-



Arquivo Pessoal

“As diversas modalidades de seguro dão suporte ao desenvolvimento do setor produtivo (...) e aumentam a previsibilidade do retorno da atividade econômica.”

Ernesto Serêjo Costa

cionados à previdência complementar. “O primeiro efeito positivo da reforma previdenciária é o de estimular a estabilidade de renda dos idosos, reduzindo gastos futuros do Estado. Outro efeito positivo esperado é a aplicação da poupança de longo prazo em investimentos de maior rentabilidade, alguns deles importantes para o aumento da produtividade dos trabalhadores brasileiros”, conclui.

ATUAÇÃO DO SETOR REDUZ PRESSÃO SOBRE DESPESAS PÚBLICAS

POR LUIZ ROBERTO CUNHA

Nos tempos incertos do Brasil de hoje, quando o País busca enfrentar algumas das questões estruturais que vem dificultando o crescimento sustentado, é importante reforçar para os leitores, não apenas do mercado de seguros, mas de toda a sociedade, as importantes contribuições do setor para as políticas macroeconômicas. A relevância econômica e social do setor pode ser medida em termos quantitativos, através de diversos indicadores, entre eles: o volume financeiro de prêmios e contribuições arrecadados que constituem as despesas dos consumidores quando adquirem os produtos do seguro; a escala dos investimentos resultantes da aplicação, em ativos garantidores, dos recursos das provisões técnicas de constituição obrigatória; o volume pago em indenizações, capitais segurados, benefícios e resgates; o volume de receitas tributárias geradas pelo setor; o volume das provisões; e a con-

tribuição para a educação financeira e entrada na economia formal das camadas de renda mais baixa. Também é necessário considerar o papel social do setor, que complementa o Estado em sua função de prover as obrigações de Seguridade Social, Saúde e Previdência, permitindo reduzir as pressões sobre o orçamento da União. Este aspecto deve levar em conta o quadro que se desenha para o futuro, em que todas as projeções demográficas indicam uma mudança importante na pirâmide etária brasileira, que implicará em um contingente cada vez menor de contribuintes e maior de beneficiários.

Mas quais são as contribuições efetivas do setor para a política macroeconômica? Podemos analisá-las, tanto do lado das forças que geram o crescimento, como o consumo, a produção, o investimento e o comércio exterior, como do lado das despesas públicas, que precisam ser adequadas à capacidade da socie-

dade em produzir e consumir com uma menor carga tributária. Analisando mais especificamente as diversas modalidades de seguros, que contribuem de forma efetiva para as políticas macroeconômicas, temos: no consumo, em que o crédito é fundamental para alavancar o crescimento, várias modalidades de seguros dão suporte ao desenvolvimento das atividades dos setores da economia.

“ O setor tem sido fundamental para a proteção social no Brasil, em função das demandas da sociedade que o Estado não tem conseguido atender satisfatoriamente. ”

Seguros que garantem a quitação de dívidas, como prestamista, habitacional e educacional. Também são importantes para a proteção da vida e do patrimônio os seguros pessoais, de veículos e diversos tipos de seguros para residências.

No lado da produção e dos investimentos, que garantem o crescimento no longo prazo, temos seguros da produção agrícola, dos transportes de cargas e da garantia de obras. No comércio exterior, o seguro de crédito à exportação, que garante ao exportador a indenização por perdas consequentes do não recebimento de crédito concedido a cliente no exterior. Além disso, entre suas principais atividades, o setor atua em segmentos fundamentais para o modelo de proteção social no Brasil, em particular naquelas atividades em que o Estado brasileiro, em função das inúmeras demandas exercidas pela sociedade, não tem conseguido atender satisfatoriamente à população. A atuação do setor, nesses casos, tem sido fundamental e meritória, na medida em que, oferecendo alternativas eficazes e eficientes, reduz a pressão sobre as despesas públicas, especialmente em um quadro de elevado impacto das mudanças demográficas sobre a política fiscal do Governo, tanto na esfera da previdência complementar quanto Saúde Suplementar.



Arquivo CNseg

A TRANSFORMAÇÃO DA MOBILIDADE EM ANDAMENTO

POR BIANCA ROCHA

Novos hábitos da população mundial, associados ao avanço da tecnologia, **estão rompendo padrões, inclusive em relação ao uso do carro.**

Durante o Salão do Automóvel de Detroit 2017, realizado em janeiro, nos EUA, Bill Ford disse que o bem-estar das pessoas está sendo afetado pela enorme quantidade de veículos que circulam nas ruas das grandes capitais. O presidente do Conselho de Administração da Ford fez ainda uma previsão: a introdução de veículos autônomos, a popularização dos modelos elétricos e conectados e a criação de uma nova infraestrutura de tecnologia serão peças-chaves na transformação da mobilidade nos próximos anos. Para ele, essas mudanças resultarão em cidades mais saudáveis, seguras, produtivas e fáceis de transitar.

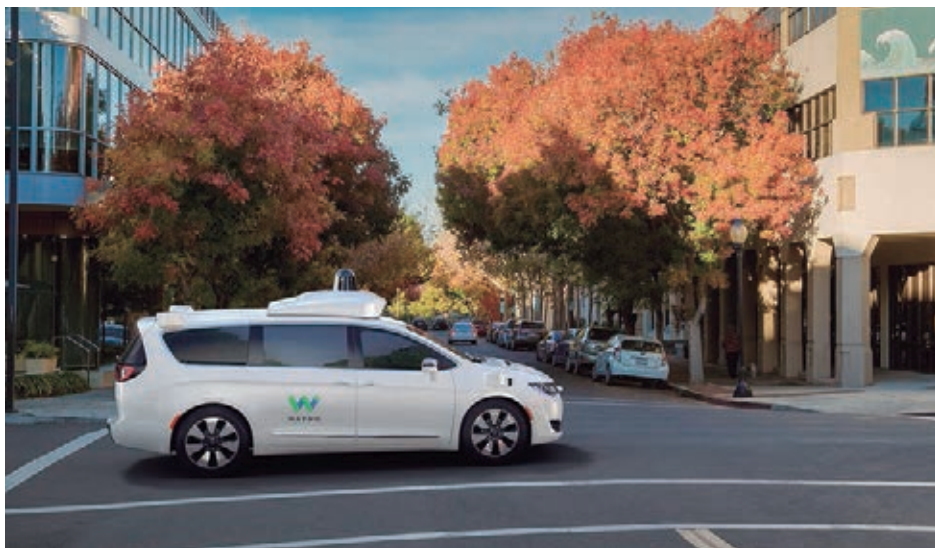
A opinião do executivo e bisneto de Henry Ford, pioneiro na criação de uma linha de montagem de automóveis, demonstra uma certeza: aos poucos, diversos setores, incluindo a indústria automobilística, se convencem que os novos hábitos da população mundial, associados ao avanço da tecnologia, estão rompendo padrões, inclusive em relação ao uso do carro. Os veículos não vão deixar de existir no futuro, mas o conceito de mobilidade caminha em nova direção.

Eletrificação, conectividade, autonomia e compartilhamento avançam com velocidade.

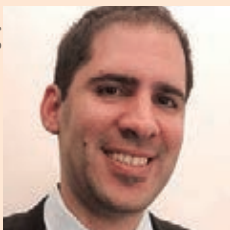
É difícil fazer previsões futuras, mas alguns estudos já dão conta do que está por vir. Levantamento global da McKinsey & Company estima que as mudanças mais drásticas nas características dos veículos e no conceito de mobilidade vão acontecer em até 15 anos. Segundo o *expert* do setor de automóveis da Consultoria, Bernardo Nogueira, será preciso inovar para atender às novas demandas e perspectivas do

consumidor. “As pessoas querem conveniência, segurança, respeito ao meio ambiente, otimização do tempo e preços acessíveis. Diversos setores da economia precisam inovar, e o mercado de seguros está incluído nesse grupo”, diz.

Quando o assunto é Brasil, Bernardo é enfático. “É notório que as pessoas estão, aos poucos, deixando de usar diariamente o carro para se locomover. Nas grandes cidades, o automóvel torna-se cada vez mais destinado a passeios de fim de semana e viagens. A tendência é que, nos próximos



Google



“As pessoas querem conveniência, segurança, respeito ao meio ambiente, otimização do tempo e preços acessíveis. Diversos setores da economia, inclusive o de seguros, precisam inovar.”

Bernardo Nogueira



anos, o carro seja mais um *status* do que algo que os brasileiros utilizem no dia a dia.”

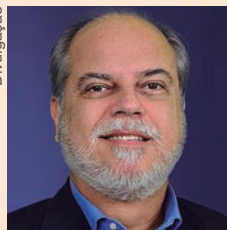
DESINTERESSE DOS JOVENS

Alguns estudos sugerem que o automóvel vem deixando de ser o sonho de consumo das pessoas, sobretudo das novas gerações. Nos EUA, o número de jovens com carteira de habilitação tem caído sensivelmente nos últimos anos. Uma pesquisa da Administração Federal de Estradas – FHWA, divulgada pelo site CityLab, mostrou que a quantidade

de novos habilitados naquele país, com 16 anos ou menos, reduziu 43% de 2009 até 2014. O Brasil também registra queda, segundo levantamento do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran): entre 2015 e 2016, a quantidade de pessoas que requereram a primeira habilitação caiu 14,2%.

A desaceleração da economia e o custo-benefício de ter um automóvel são os motivos para a crescente falta de interesse em tirar a carteira de habilitação, segundo o *head* do setor automotivo da KPMG, Ricardo Bacellar. “A crise econômica fez com que as pessoas pensassem mais antes de gastar. Tirar a habilitação no Brasil é caro e ter um carro envolve custos que muitos não podem arcar, como combustível, estacionamento, manutenção e seguro. Sem contar a questão da violência e do risco de roubos e furtos, além da possibilidade de danos materiais e pessoais. Na ponta do lápis, fica mais barato se deslocar a bordo de um carro compartilhado do que ter um automóvel próprio”, ressalta.

A indústria automobilística brasileira também vem registrando números decrescentes. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores – Fenabrave, as vendas de veículos novos no Brasil caíram 20,1% em 2016, na comparação com o ano anterior – o quarto ano seguido de baixa. Foram emplacados, no ano passado, 2.050.327 automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus. É



“A questão não é mais se haverá carros autônomos nas ruas, mas quando isso vai acontecer. EUA, Europa e Japão já avançam nessa direção. O setor de seguros vai ter que se adaptar à nova realidade.”

Ricardo Bacellar



o volume mais baixo desde 2006, quando 1.927.738 unidades foram vendidas. Especialistas afirmam que não é só a crise que está afetando as vendas da indústria. Também há uma gradativa mudança cultural que já responde por uma parcela das estatísticas.

CAMINHO SEM VOLTA

Uma pesquisa recente da KPMG revelou que a maioria dos executivos de montadoras e fábricas de autopeças concorda e acredita que os jovens têm perdido interesse em ter carro próprio. E que isso vale

também para os atuais proprietários: para 59% dos entrevistados, metade das pessoas que têm carro hoje não quer mais ter um daqui a oito anos. O levantamento contou com respostas de mil executivos do setor automotivo em 42 países, incluindo o Brasil. Bacellar afirma que as novas tecnologias do setor avançam gradativamente e indicam que a evolução é um

caminho sem volta. “A questão não é mais se haverá carros autônomos nas ruas, mas quando isso vai acontecer. EUA, Europa e Japão já avançam nessa direção. No Brasil, não há previsões de quando veremos carros deste tipo nas ruas, o que depende de regulações que ainda nem começamos a discutir. O setor de seguros é um dos que vão ter que se

adaptar à nova realidade”, salienta. Por outro lado, algumas modalidades de carro compartilhado ganham cada vez mais força no Brasil. Lançada em setembro de 2016, em Fortaleza, o Vamo – Veículos Alternativos para Mobilidade, é uma rede de carros elétricos chineses distribuídos por quatro pontos de recarga. A liberação é feita por meio de aplicativo, e há uma

MUDANÇAS IMPACTAM O MERCADO DE SEGUROS

Quais serão as condições de manutenção e o prazo de validade da bateria de um automóvel elétrico? Em caso de acidente que envolva um carro autônomo, quem é responsabilizado: o dono do veículo, o fabricante ou a empresa que desenvolve a tecnologia que permite o carro andar sozinho, sem motorista? Quais são os riscos a que usuários de carros compartilhados estão expostos? E quais são as saídas para a crescente falta de interesse dos jovens por automóveis? Essas são apenas algumas questões que já fazem ou farão parte do dia a dia das seguradoras, quando o futuro chegar. Para o diretor executivo da FenSeg, Julio Cesar Rosa, não é de uma hora para outra que o seguro auto será impactado pelas mudanças culturais em relação ao uso do carro. Hoje, a participação do produto no total de seguros

“Apenas 30% da frota nacional têm cobertura de um seguro. Ainda há muito espaço para crescer, antes que as inovações mudem totalmente o cenário da mobilidade no Brasil.

Julio Cesar Rosa



comercializados no País é de 35%. Em 2016, a área de seguro de automóvel teve expansão de 4% em comparação a 2015, apesar da crise. “Apenas 30% da frota nacional têm cobertura de um seguro. Ainda há muito espaço para crescer, antes que as inovações mudem totalmente o cenário da mobilidade no Brasil. Sem contar que já temos o seguro Auto Popular, que é uma boa aposta e elevará as vendas no segmento”. Ele reforça, no entanto, que as seguradoras devem se preparar para o que está por vir: menor

volume de vendas, novas formas de comercialização, precificação e de subscrição de antigos e novos riscos são alguns fatores envolvidos nesse novo cenário. “Carros compartilhados são uma tendência e já existem no mercado coberturas adaptadas para esse modelo. O setor de seguros deve estar atento às modernidades e aos impactos que as tecnologias podem trazer aos negócios”, destaca.

NOVA GERAÇÃO

O superintendente do Porto Seguro Auto, Jaime Soares, diz que acompanha as transformações e vem analisando os estudos que mostram a falta de interesse da nova geração por carros. “Nos EUA, isso é uma realidade. O Brasil tem um atraso natural em relação ao que acontece nos países mais desenvolvidos. Mas isso não significa que essas transformações não chegarão de vez por aqui”, avalia. Os seguros de automóvel representam 65% do total comercializado pela seguradora – percentual que já foi de 80% e vem caindo anualmente. Segundo Jaime, a empresa tem focado na diversificação e na comercialização de produtos de outros segmentos,

taxa mensal de R\$ 40 revertida em créditos – cada meia hora custa R\$ 20. Há ainda, além do Uber e outros aplicativos, alguns sistemas de carona, também solicitados via smartphone. Sem contar a aviação urbana, uma tecnologia que está mais próxima do que nunca dos brasileiros: em abril, a Embraer firmou um convênio com a Uber para desenvolver pequenos

veículos elétricos com decolagem e aterrissagem vertical para deslocamentos curtos nas cidades. A publicitária Camila Ghanem Jotta, de 29 anos, optou por tirar carteira de habilitação esse ano. O motivo? Ter a liberdade de alugar um carro quando quiser fazer viagens de fim de semana ou nas férias. Comprar um veículo está fora dos planos, sua forma de

locomoção na capital do Rio é o táxi, transporte público ou bicicleta. “O alto custo, a violência e o trânsito me fizeram desistir de ter um carro próprio”. Já o restaurador Vinícius Santos, de 34, vendeu o carro há cinco anos para apostar na bicicleta como meio de transporte. “Foi a melhor coisa que fiz para minha saúde e meu bolso”, avalia.



Divulgação

“O Brasil tem um atraso natural em relação ao que acontece nos países mais desenvolvidos. Mas isso não significa que essas transformações não chegarão de vez por aqui.”

Jaime Soares

como o de Vida. Paralelamente, a Porto Seguro cria alternativas de seguros para carros compartilhados e coberturas que chamem a atenção do público mais jovem. “Criamos diferenciais e benefícios extras para quem fecha negócio com a empresa. Além disso, estamos atentos a tecnologias, como rastreadores que medem o comportamento do motorista ao volante e geram pontos que se convertem em descontos numa eventual renovação do seguro”. O presidente da Fenacor, Armando Vergílio, vê com apreensão as mudanças culturais em relação ao uso do carro, pois ninguém sabe ao certo o que acontecerá quando um volume expressivo da frota for composto por veículos autônomos e compartilhados.

“Para o corretor, será um impacto relevante, porque boa parte deles ainda concentra seus negócios na carteira de automóveis. Será preciso mudar, diversificar e se recriar.”

Armando Vergílio

“Para o corretor, será um impacto relevante, porque boa parte deles ainda concentra seus negócios na carteira de automóveis. Será preciso mudar, diversificar e se recriar. Para as seguradoras, será fundamental criar novos produtos e serviços, pois já não haverá tanto espaço para as coberturas tradicionais. Certo mesmo é que as equipes que cuidam do desenvolvimento de produtos terão muito mais trabalho”.



Google

MORTES NO TRÂNSITO CAEM, MAS NÚMERO AINDA É ALARMANTE

POR MÁRCIA ALVES

Apesar da queda, óbitos colocam o Brasil longe da meta definida pela *Década de Ação para a Segurança no Trânsito*

Depois de registrar por cinco anos consecutivos o patamar de mais de 40 mil mortes por acidentes de trânsito, o Brasil conseguiu, enfim, reduzir o número de óbitos. De acordo com o último Boletim Estatístico do DPVAT, o número de indenizações pagas por morte em 2016 caiu 21% em relação a 2015. No ano passado, o DPVAT indenizou 33.547 casos de morte no trânsito contra 42.501 casos em 2015. Mas o número de mortes ainda é alarmante e coloca o País na liderança na América do Sul. Segundo o Relatório Global de Segurança Viária 2015, da Organização Mundial da Saúde – OMS, em 2013 o País atingiu a marca de 23,4 mortos por 100 mil habitantes, contra a média mundial de 17,5 mortos por 100 mil habitantes. O Brasil ainda está longe de atingir a meta estabelecida pela *Década de Ação para a Segurança no Trânsito* (2011–2020), que prevê a redução de 50% no número de mortes e lesões. O documento, editado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi elaborado com base em um estudo da OMS que contabilizou, em 2009, 1,3 milhão de mortes por acidente de

trânsito em 178 países. De lá para cá, os números globais se estabilizaram no patamar de 1,25 milhão de mortes, apesar de nesse período a população mundial ter aumentado 4% e o número de veículos ter crescido 16%.

CONJUNTO DE AÇÕES

O coordenador de Educação no Trânsito do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, Francisco Garonce, não tem dúvida de que a redução do número de mortes no País é resultado de um conjunto de ações. Entre as mais recentes, ele destaca a obrigatoriedade do uso de simulador de direção veicular e a exigência do exame toxicológico de larga janela

para condutores das categorias C, D e E (caminhões, ônibus e carretas). “Várias ações em curso foram estabelecidas lá atrás e os resultados já começaram a aparecer”, informa. Para Garonce, um dos maiores avanços foi a entrada em vigor, em novembro do ano passado, da Lei 13.281, que promoveu mudanças no Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Uma das modificações refere-se ao uso do celular, que passou a ser considerada infração gravíssima. Além do aumento no valor das multas, outra medida foi estabelecer como infração gravíssima a recusa do motorista em fazer o teste de etilômetro (bafômetro). As penalidades são multa de quase R\$ 3 mil,

Arquivo CNSeg





“Nem sempre as medidas necessárias para segurança viária são populares e, às vezes, demandam coragem dos gestores e postura firme do poder público.

Victor Pavarino



suspensão do direito de dirigir por um ano, recolhimento dos documentos de habilitação e a retenção do veículo. A Lei 13.281 também mudou o artigo 312 do CTB, que trata de crimes de trânsito. A substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, que até então se restringia ao pagamento de determinado número de cestas básicas, agora deverá ser obrigatoriamente na forma de prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas que atendam vítimas de trânsito. “Essa mudança na lei acaba com a sensação de impunidade para os crimes de trânsito”, informa.

PATAMARES INACEITÁVEIS

Apesar da estabilização em nível global do número de mortes no trânsito e da redução alcançada pelo Brasil, o consultor em Segurança no Trânsito da Organização Pan-Americana da Saúde/OMS – Opas/OMS, Victor Pavarino, considera esses patamares inaceitáveis.



“Somente com a atuação da educação de trânsito desde a infância até o final da adolescência é que se poderá modificar a cultura em relação à mobilidade urbana.

Dirceu R. Alves Jr.



Para ele, este é um problema previsível e evitável. Entre os principais fatores de riscos a serem considerados em uma legislação apropriada, segundo a Opas para as Américas, o Brasil atende às recomendações em relação à direção sob a influência de álcool, o uso de capacete para motociclistas e os mecanismos de retenção para adultos e crianças. Mas, o País ainda não conseguiu reduzir o limite de velocidade nas vias urbanas. “Nem sempre as medidas necessárias para segurança viária são populares e, às vezes, demandam coragem dos gestores e postura firme do poder público”, ressalta. Educação é saída para mudar a triste realidade das mortes no trânsito no País. Esta é a opinião do diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego – Abramet, Dirceu Rodrigues Alves Júnior. “Somente com a atuação da educação de trânsito desde a infância até o final da adolescência é



“A situação do trânsito só mudará quando a sociedade se convencer de que o número de mortes e lesões não é aceitável.

Francisco Garonce



que se poderá modificar a cultura em relação à mobilidade urbana”, diz. Ele também sugere que a formação de condutores seja continuada e que os motoristas que trocam seus veículos por modelos mais potentes recebam treinamento. Nesse aspecto, duas iniciativas do Denatran que serão adotadas ainda neste ano poderão ajudar a suprir a lacuna da educação no trânsito. Uma se refere a um novo processo para formação do condutor com foco na responsabilidade do motorista e na sua atitude defensiva e protetiva. A outra é um programa de educação para o trânsito voltado ao ensino fundamental, elaborado pelo Observatório Nacional de Trânsito, que prevê inclusão do tema em diversas disciplinas. “A situação do trânsito só mudará quando a sociedade se convencer de que o número de mortes e lesões não é aceitável”, diz Garonce.

O AMANHÃ CONSTRUÍDO A PARTIR DE PADRÕES DO PASSADO

POR LARISSA MORAIS

Empresas de Inovação e Futurologia analisam as macrorrevoluções tecnológicas **que mais irão afetar o futuro dos negócios e do trabalho no mundo.**

“Muitos jovens vão exercer no futuro profissões que ainda não existem. A boa notícia é que muitos terão a oportunidade de criar um trabalho com o qual se identifiquem.”

Camila Ghattas



Arquivo Pessoal

Na infância e adolescência, Camila Ghattas não sabia responder o que queria ser quando crescesse, pois não se encaixava em nenhuma profissão que conhecia, o que a deixava desconfortável. Mais tarde, entendeu tudo: queria ser o que dependia de ela mesma inventar. Foi assim que a jovem, hoje com 30 anos, se tornou

futuróloga. “Trata-se de alguém que, a partir do estudo de padrões do passado, capta radares de possibilidades para construir o futuro”, explica Camila, que é cofundadora da Diip, uma consultoria de Inovação e Futurologia. O público-alvo dos serviços prestados são empresas que desejam se adequar às avassaladoras mudanças tecnológicas que atravessam nosso tempo. Ela também tem sido ouvida, nas próprias empresas e em cursos que ministra, por profissionais que se preocupam com o futuro das próprias profissões. Em outubro do ano passado, Camila deu palestra no TED – sigla para Tecnologia, Entretenimento e Design, plataforma de palestras online – sobre as macrorrevoluções tecnológicas que mais irão afetar o futuro dos negócios e do trabalho no mundo. Já foi assistida por 2,2 milhões de pessoas.

“Muitos jovens vão exercer no futuro profissões que ainda não existem. É verdade que muitas outras deixarão de existir, mas muitas serão criadas. A boa notícia é que muitos, como eu, terão a oportunidade de criar um trabalho com o qual se identifiquem”, afirma Camila.

Para ela, as crianças estarão cada vez mais livres para fazer suas escolhas fora das áreas mais tradicionais de estudos. “Elas podem ser *youtubers* ou *instagramers*. Tenho um amigo *youtuber* que já tem mais de 300 mil seguidores. Ele ganha mais do que um advogado”, conta.

ADAPTAÇÃO DE HABILIDADES

Camila observa que, ao longo da história, as transformações econômicas sempre foram acompanhadas de mudanças no mundo do trabalho. Ela ressalta que foi preciso haver uma adaptação radical de habilidades na passagem da era agrícola para a era industrial, e agora já vivemos um processo semelhante na passagem para a era digital. “As transformações sempre existiram, a diferença se dá no ritmo das mudanças, muito mais velozes agora”, compara.

De acordo com a futuróloga, as profissões mais suscetíveis à eliminação são as que podem ser executadas por meio de sistemas ou processos de automação. No telemarketing, por exemplo, muitas pessoas serão substituídas por sistemas inteligentes de atendimento, capazes de captar dados sobre o histórico do cliente e encaminhar soluções para as demandas mais variadas.

O emprego doméstico também vai sentir o impacto do barateamento de robôs capazes não só de limpar, mas também de secretariar os donos da casa.

Camila vê vantagens para ambas as partes: os contratantes vão gastar menos e ter mais autonomia e os antigos contratados poderão executar trabalhos menos previsíveis e repetitivos. Profissões que requerem uma qualificação maior não fogem da tendência geral de substituição de determinadas tarefas. Como se adequar? “Em relação às profissões ou áreas, a lógica é bem simples. Imagine a sua profissão e aplique a palavra ‘digital’, ‘virtual’, ‘cyber’ ou ‘bio’ ao lado. São essas as profissões e profissionalizações para o futuro: engenheiros digitais, cyber advogados, designers de realidade virtual, *biohackers*, programadores de interfaces e plataformas *cyber-físicas*”, ensina.

SERVIÇOS X PRODUTOS

O emprego formal tende a minguar, mas haverá múltiplas possibilidades no setor de serviços, especialmente em atividades ligadas à chamada economia do compartilhamento. “As pessoas hoje se dão conta de que precisam dos serviços, mas nem sempre dos produtos. Necessitam da locomoção, não do automóvel, do furo na parede e não da furadeira. Esse é um cenário que tende a se intensificar”, avalia, acrescentando que as pessoas exercerão diferentes atividades. “Vai ter gente trabalhando numa empresa pela manhã, no Uber à tarde e em outra coisa à noite”, prevê. Segundo ela, de forma conceitual, a mão de obra será substituída pelo cérebro de obra e

precisaremos, mais do que de profissões, de habilidades como criatividade, imaginação, espontaneidade. A futuróloga defende que as empresas auxiliem seus funcionários a se prepararem para as mudanças. “É importante que as próprias empresas deem poder a eles por meio do conhecimento, um papel social que devem cumprir. A Diip procura contribuir com esse processo, fornecendo aos próprios colaboradores e a quem mais se interessar, de modo gratuito, acesso a palestras sobre temas variados relacionados às mudanças no nosso tempo presente e futuro. Além daqueles relacionados mais diretamente a trabalho e tecnologia, já há palestras sobre gênero e o movimento *hacker*, entre outros. Para acompanhar, é só curtir a página da empresa no Facebook. A divulgação dos encontros é feita na própria rede.

Em relação ao segmento de seguros, Camila vê futuro no desenvolvimento de produtos mais personalizados, que se contraponham aos grandes pacotes de serviços que muitas vezes as pessoas não utilizam. Para ela, o desafio será conseguir aliar as novas tecnologias como a inteligência artificial e o chamado ‘*big data*’, volume grande e complexo de dados. Também nesse segmento, trabalhos mais mecânicos darão lugar aos mais estratégicos e relacionados ao manejo da tecnologia. É o que procuram fazer as *insurtechs*, *startups* que unem os benefícios da tecnologia à oferta de seguros.

SEGURO PARA CRESCER E MITIGAR RISCOS

POR JIANE CARVALHO

Multinacional de grande porte, a WEG revê periodicamente programa de gestão e compra coberturas para dar suporte às operações de crescimento orgânico

Com filiais em 32 países, fábricas em 12 e uma estratégia robusta de crescimento orgânico e também via aquisições, a brasileira WEG – uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos eletroeletrônicos – tem naturalmente um patrimônio imenso a ser protegido. Os números dão uma dimensão do tamanho do desafio da área de gestão global de risco da companhia. No ano passado, o faturamento global da WEG foi de R\$ 9,3 bilhões, fruto do trabalho de 30 mil colaboradores. Só na contratação de seguros, são consumidos R\$ 70 milhões em prêmios por ano. A empresa fabrica de motores a tintas especiais, passando por geradores, transformadores, painéis elétricos e equipamentos de controle e automação. Nascida em Jaraguá do Sul (SC), hoje a WEG opera em diversos países como Argentina, Áustria, Estados Unidos e África do Sul. “Os desafios não param de crescer. Na medida em que a empresa se expande, precisamos, por meio de gestão de risco adequada e da contratação de seguros, dar suporte à operação”, comenta Vanderlei Moreira, Insurance & Risk Global Manager da WEG, lembrando que os processos são avaliados rotineiramente e alterados, se for preciso. Uma das principais alterações ocorreu em 2012.



Divulgação / WEG

INSPEÇÃO DE RISCOS

Poucos meses após a compra da Stardur Tintas Especiais, em Indaítuba (SP), a WEG viu a unidade virar pó em um incêndio. Antes do episódio, a WEG só fazia a inspeção de riscos após adquirir uma empresa. “A experiência nos fez mudar a política de aquisição, incluindo nossa área no processo. Hoje, antes de uma nova aquisição, fazemos a inspeção de risco, emitimos relatório para adequar ao padrão WEG de segurança, quando necessário, e já informamos o va-

lor a ser investido”, explica o gestor. A WEG trabalha com apólices locais e globais, dependendo do tipo de risco a ser segurado. São três passos a serem seguidos: a política de risco tem de ser aprovada, primeiramente, pelo Comitê de Risco Financeiro; depois, em uma reunião da direção geral; e, por fim, pelo Conselho de Administração. “Temos uma estrutura de governança robusta, que nos dá suporte para gerir adequadamente os riscos de uma empresa do porte da WEG”, comenta Moreira.

No processo de escolha das seguradoras, um dos critérios é a avaliação do *rating* medido pelas agências S&P, Moody's e Fitch, com a aprovação apenas das empresas que têm nota AB ou AA. Para cada apólice a ser contratada, são pré-selecionadas três seguradoras. “Para a decisão final, o preço é um dos itens, mas não é o único. Já declinamos de seguradoras com preço baixo porque analisamos as condições gerais, a cobertura, a franquia etc.” Nas apólices globais, só podem ser contratadas seguradoras multinacionais, que atuem em todos os países diretamente ou via parceiros. As apólices com contratação global pela WEG incluem seguros de Responsabilidade Civil, Recall, D&O (Directors and Officers Liability), Transporte, Instalação e Montagem, Poluição Ambiental e Seguro Garantia. A contratação é sempre por 24 meses de vigência. “Precisamos de seis meses para colher dados e mais seis para a contratação. Não faríamos mais nada se fosse anual”, explica o executivo responsável pela área.

A coleta de dados, segundo Vanderlei Moreira, é a etapa mais delicada. “Olhamos unidade por unidade, analisamos o risco de cada linha de negócios e, quando há alguma não conformidade, o gestor é comunicado e tem um prazo para corrigir.”

COBERTURAS NO EXTERIOR

Há também características específicas das coberturas contratadas em diferentes países. No Brasil, na Argentina e no México, não há seguro para as instalações, mas apenas para o conteúdo interno. “Fechamos no Brasil o seguro de máquinas e equipamentos em dólar. Portanto, não é

Divulgação / WEG



“ Já as apólices contratadas localmente estão ligadas em geral à gestão de risco das pessoas, como seguro saúde, viagem, odontológico, previdência e acidente do trabalho. Nas apólices contratadas no Brasil, a de maior custo, representando 70% dos prêmios pagos, é o seguro saúde. ”

Vanderlei Moreira

um seguro que cobre o valor depreciado dos equipamentos”, comenta o gestor, sem mencionar o valor segurado, depois de informar que a apólice tem de cobrir 100% do valor máximo que um dano em tal unidade

ou equipamento poderia causar. Já as apólices contratadas localmente estão ligadas em geral à gestão de risco das pessoas, como seguro saúde, viagem, odontológico, previdência e acidente do trabalho. Nas apólices contratadas no Brasil, a de maior custo, representando 70% dos prêmios pagos, é o seguro saúde. Dos 32 países em que a WEG tem filiais, em apenas dois (Brasil e Estados Unidos), a empresa utiliza corretores por força de lei. “Não utilizamos corretores por política da empresa e também porque a relação que temos com o mercado de seguros e resseguros é muito estreita e flui muito melhor, uma vez que não há nenhum interesse financeiro, além de uma cobertura correta e um prêmio justo para o risco. O segredo para uma política adequada de gestão de risco é ter foco e atenção constante. Não basta apenas escolher a apólice. A empresa é como um carro que precisa ser revisado regularmente para prevenir danos”.

BRASIL AVANÇA POUCO EM POLÍTICAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS

POR CECÍLIA BARROSO

Seis anos depois, tragédia da Região Serrana/RJ não muda a percepção de **risco do País em relação aos desastres naturais**



Google

A pesar de a tragédia ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, ter ficado marcada como o pior desastre natural da história do Brasil em perdas humanas (918 mortes), a percepção de gerenciamento de risco da população não avançou muito seis anos depois. As pessoas físicas ainda não enxergam a necessidade de se proteger melhor, seja contratando seguro ou promovendo obras que minimizem

os danos; e o País avançou pouco em políticas de prevenção de riscos. “São 50 anos de crescimento urbano desordenado, que levaram as cidades a se expandirem sem preocupação com a questão ambiental”, analisa Rafael Schadeck, pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e organizador do Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil, do

Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – Ceped da UFSC, em parceria com o Banco Mundial.

O especialista em Gestão de Riscos e Desastre do Banco Mundial, Frederico Ferreira Fonseca Pedroso, reforça a análise de Schadeck. “A percepção de risco da população brasileira ainda é muito pequena, mas tende a evoluir nos próximos 15 a 20 anos. Mesmo que o Brasil não esteja sujeito a desastres frequentes de grande magnitude, a ocorrência de eventos de menor intensidade, mas de impacto econômico relevante, está aumentando”, afirma. A pesquisa da UFSC abrange o período de 1995 a 2014, em que foram reportadas perdas superiores a R\$ 9 bilhões, o que significa que o País perdeu cerca de R\$ 800 milhões mensalmente com desastres naturais.

PERDAS E DANOS

Já o estudo Avaliação de Perdas e Danos – Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro, de janeiro de 2011, do Banco Mundial, mostra que as perdas e danos econômicos, decorrentes das inundações e deslizamentos, foram significativos, com implicações sobre a qualidade de vida dos sobreviventes e para a atividade econômica da região.

“Na época, as perdas e danos totais foram estimados em R\$ 4,8 bilhões, valor que não traz os impactos nos setores da educação e da saúde. Dos gastos totais, R\$ 2,2 bilhões (46%) correspondem aos danos, custos diretos das inundações e deslizamentos. Por sua vez, as perdas (custos indiretos do desastre) foram estimadas em R\$ 2,6 bilhões (54% dos custos totais)”, explica Frederico Pedroso. O representante do Banco Mundial

destaca que os danos poderiam ter sido minimizados, caso houvesse um plano de contingência de riscos. “A tragédia provocou efeitos de longo prazo, como os danos ao meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, trouxe a oportunidade de melhorar os processos de gestão. Após 2011, foram instalados sistemas de monitoramento e alerta da Defesa Civil, que também promoveu o treinamento das comunidades que vivem em áreas de risco”, informa.



Arquivo Pessoal

“Fenômenos meteorológicos como aquele acontecem uma vez a cada cem anos, pelo menos. É muito raro. Numa classificação de risco, o acontecimento seria estimado como remoto ou improvável.”

Moacyr Duarte

OCUPAÇÃO HISTÓRICA

Para o especialista em Gestão de Risco e pesquisador da Universidade Federal Fluminense, Moacyr Duarte, a ocupação histórica da região ocorreu em torno dos cursos d'água, que sofreram adensamento ao longo do tempo. “Fenômenos meteorológicos como aquele acontecem uma vez a

cada cem anos, pelo menos. É muito raro. Numa classificação de risco, o acontecimento seria estimado como remoto ou improvável”, afirma ele, recordando que a população não teve como se preparar, já que a análise de risco, na época, não oferecia informações suficientes para amenizar os danos.

MOMENTOS DRAMÁTICOS NÃO SERVIRAM DE LIÇÃO

Jorge da Costa Tardin, dono da Casa de Festas Natureza, localizada no km 64 da Estrada Teresópolis-Friburgo (RJ-130), em Córrego Dantas, Nova Friburgo, viveu momentos dramáticos naquela noite. Atrás do imóvel passa um córrego e a chuva forte encheu o riacho, fazendo com que a água chegasse a oito metros de altura e seis de largura. “A lama invadiu o salão de festas e a força da água levou tudo que tinha pela frente, inclusive a área do estacionamento e a ponte que ligava a RJ-130 à entrada do sítio”, recorda.

As obras de recuperação levaram dois anos para ser concluídas. Apesar disso, Tardin conta que até hoje não fez seguro do imóvel. “Nunca fui procurado por um corretor de seguros e acabei me acomodando. Ainda hoje, as pessoas têm receio de fazer eventos em janeiro com medo das chuvas”, conta.

Luiz Cezar de Almeida, funcionário

Arquivo Pessoal



Jorge Tardin: apesar de ter perdido tudo na enchente, ele ainda não tem seguro dos bens

público e morador de Bom Jardim, 3º Distrito de Banquete, lembra que o Rio Bengala, que corta Nova Friburgo, encheu de tal forma que isolou a cidade e alagou vários bairros, levando tudo: pontes, árvores, detritos, casas etc. “A chuva nos deixou sem luz, e a água chegou a quase dois metros de altura. Perdi móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e o carro”, relembra. Ele e a família ainda estão endividados, mas, apesar do susto, o imóvel continua sem seguro.



Arquivo Pessoal

“Pessoas que ainda vivem de aluguel social reclamam da ausência do Poder Público, que não entregou todas as casas prometidas. Outras, por falta de opção, acabaram voltando para o local de origem.”

Gustavo Mello



O especialista ressalta que a logística humanitária também não funcionou bem. “Muita gente se prontificou como voluntário, mas não havia um plano logístico para receber, armazenar e distribuir os alimentos e o material de higiene doados. Em ações desse tipo é preciso ter uma comissão fiscalizadora severa para evitar desvios.”

Para Gustavo Mello, especialista em Gerenciamento de Riscos, de maneira geral houve uma reconstrução das áreas atingidas pelas enchentes seis

anos depois, mas alguns escombros de casas atingidas ainda continuam nos locais da tragédia. “Pessoas que ainda vivem de aluguel social reclamam da ausência do Poder Público, que não entregou todas as casas prometidas. Outras, por falta de opção, acabaram voltando para o local de origem”, relata.

Gustavo Mello informa que existem seguradoras que oferecem seguro patrimonial com cobertura para alagamento e desmoronamento, mas muitas não incluem cheias de rios e de lagoas. “Antes de contratar o produto, é importante que o segurado leia atentamente o contrato para não ser pego de surpresa”, afirmou, acrescentando que, no País, falta cultura de seguro como forma de proteção da população.

FUNDOS DE RESILIÊNCIA

Doutora em Economia pela PUC-RJ e especialista em Gestão de Riscos, Eduarda La Rocque adverte que a sociedade se ressentiu de não ter acesso a informações qualificadas, instrumentos essenciais para uma boa gestão de risco. “Seria importante criar um mapa de risco urbano para municiar o setor de seguros e resseguros, que, juntamente com o mercado de capitais, ajudariam a alavancar a recuperação urbana do Estado”, propõe. A economista defende a criação de dois fundos de resiliência: um formado a partir de doações de pessoas físicas, jurídicas e órgãos de fomento, entre outros, que atuariam como cotistas e participariam da gestão do produto; e o outro, sob a responsabilidade do Governo, que serviria para prevenção de desastres

“Seria importante criar um mapa de risco urbano para municiar o setor de seguros e resseguros, que, juntamente com o mercado de capitais, ajudariam a alavancar a recuperação urbana do Estado.”

Eduarda La Rocque



Arquivo Pessoal



e demais situações inesperadas. “O objetivo do primeiro fundo seria a geração de informações qualitativas e de diagnóstico, que pudessem ser compartilhadas com a sociedade. Já o do Governo funcionaria como um fundo de resiliência urbana, com instrumentos de governança adequados. Os recursos usados seriam justificados por um comitê fiscalizador, formado por membros dos poderes público e privado”, destaca.

TÁ COM UMA
REDE DE MÉDICOS,
HOSPITAIS,
LABORATÓRIOS
E DENTISTAS
EM TODO O BRASIL?
TÁ COM TUDO!

ANS - n° 416428

ANS - n° 006246



QUEM TEM SULAMÉRICA SAÚDE E ODONTO TÁ COM TUDO!

- Reembolso em todos os planos
- Programa SulAmérica Saúde Ativa
- Desconto de até 65% em medicamentos
- Aconselhamento médico por telefone 24 horas*
- Seguro Viagem nacional e internacional • E muito mais

Ofereça SulAmérica para o seu cliente.

Acesse: sulamericatacomtudo.com.br

Os benefícios podem variar de acordo com o plano contratado. *O aconselhamento médico telefônico 24h é um benefício para clientes SulAmérica Saúde e não substitui a consulta ao médico de sua preferência.

SulAmérica

A vida é imprevisível e, acredite, isso é muito bom.

CAMPANHAS DE APROXIMAÇÃO COM O CONSUMIDOR

POR MARIA LUISA BARROS

Iniciativas para melhorar o relacionamento são baseadas em pesquisas de satisfação, **relatórios de ouvidorias e serviços de atendimento**.

O gosto dos brasileiros por sorteios e premiações e a tranquilidade de ter uma reserva financeira para realizar um projeto de vida são razões que ajudam a alavancar o setor de Capitalização no País. Tanto que, apesar da forte crise econômica dos dois últimos anos, este mercado mantém resiliência e clientes cativos, o que colabora para que sua receita anual permaneça acima de

R\$ 21 bilhões, ao passo que as provisões técnicas ultrapassaram os R\$ 29 bilhões.

Até porque a sorte pode trazer uma surpresa muito agradável. Segundo o mais recente balanço da FenaCap, no ano passado, as empresas associadas distribuíram R\$ 1,2 bilhão em prêmios entre seus 17 milhões de clientes – 1,1 milhão de pessoas jurídicas –, 8,52% a mais do que em 2015.

Para manter a fidelidade dos clientes, as empresas vêm desenvolvendo uma série de iniciativas com o objetivo de melhorar o relacionamento, recorrendo a pesquisas de satisfação, relatórios de ouvidorias e serviços de atendimento ao cliente. Levantamento da FenaCap revelou que as queixas mais recorrentes nos órgãos de defesa do consumidor estão relacionadas ao desconhecimento sobre as características dos produtos, como condições de resgate antecipado, por exemplo.

EDUCAÇÃO EM SEGUROS

Diante desse cenário, as empresas decidiram investir ainda mais em campanhas de Educação em Seguros e no treinamento dos canais de



Arquivo Pessoal

“Pela sua natureza disciplinadora, o título ajuda na organização das finanças, serve como incentivo.

Álvaro Modernell



vendas para atuar especificamente sobre essas questões, buscando uma comunicação mais efetiva e direcionada ao público. O objetivo é reduzir o volume de reclamações nos Procons e Serviços de Atendimento ao Consumidor – SACs, e elevar os índices de satisfação com os produtos. As ações têm surtido efeito: segundo a FenaCap, das 29,5 mil queixas registradas pela Susep, em 2016, apenas 426 referiam-se a títulos de capitalização. No relacionamento com clientes, as principais dúvidas são com relação ao rendimento, ao cálculo da perda nos resgates antecipados e aos meios para conferir os sorteios diários. A orientação é esclarecer, com total transparência, que o título de capitalização não é investimento, que a maioria dos produtos tem prazo de



Arquivo Cnseg

carência para retiradas e que só é possível resgatar 100% + TR dos recursos acumulados ao fim da vigência do título.

Se o cliente pretende lançar mão do dinheiro a curto prazo ou rentabilizar o capital, deve ser orientado a buscar outras alternativas de mercado. Na Capitalização, o consumidor escolhe trocar uma possível rentabilidade pela participação em sorteios e, ainda, para obter uma garantia, caso dos títulos de capitalização para fiança locatícia, que dispensam o fiador nas transações de alugueis comerciais ou residenciais.

“Muitos compram o título de capitalização sem saber como funciona e acabam insatisfeitos. Esse é o nosso calcanhar de Aquiles. Por isso, estamos trabalhando para dar ênfase às características dos títulos nas mídias sociais e nos canais de relacionamentos”, explica o diretor-executivo da FenaCap, Carlos Alberto Corrêa.

CANAIS DE VENDAS

Segundo ele, a entrada nas redes sociais e o lançamento da rádio CNseg têm contribuído para esclarecer dúvidas sobre os planos de capitalização. A orientação é disseminar em todos os canais a importância de acumular reservas como forma de ampliar o bem-estar das famílias brasileiras. “A venda tem que ser benfeita para não gerar conflitos. Os planos ajudam àqueles que não têm o hábito de juntar dinheiro a aprender como formar reservas, a fim de tocar projetos pessoais, contando com o lado lúdico dos sorteios”, esclarece o executivo, acrescentando que é preciso derrubar alguns mitos. “Os clientes alegam que não conhecem ninguém que tenha sido sorteado.

Mas, no ano passado, foram distribuídos no País mais de R\$ 1 bilhão de prêmios em dinheiro”, ressalta. Na opinião do educador-financeiro Álvaro Modernell, da Mais Ativos, o título é um produto único, acessível, sem complicação e voltado para quem deseja contornar a falta de disciplina

para poupar. “Pela sua natureza disciplinadora, o título ajuda na organização das finanças, serve como incentivo. Se souber que vai perder, se sacar antes do prazo, o consumidor vai esperar o fim da vigência e, assim, conseguirá realizar seus planos”, assinala Modernell.

QUEIXAS MONITORADAS PELO GOVERNO

Assim como o mercado, o Governo Federal também tem adotado medidas para monitorar as queixas dos consumidores. Há cinco anos, a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, vinculada ao Ministério da Justiça, implantou a plataforma <http://www.consumidor.gov.br>, para promover a harmonização nas relações de consumo. Nesse período, recebeu 681.814 reclamações, metade delas na Região Sudeste. A participação das empresas é voluntária. Quarenta companhias – entre seguradoras e empresas de Capitalização – já aderiram ao serviço. Todas se comprometeram a conhecer, analisar e investir os esforços disponíveis para a solução dos problemas apresentados.

De acordo com o secretário Nacional do Consumidor, Arthur Luis Mendonça Rollo, as iniciativas do mercado e de órgãos públicos tendem a



“Estabelecer novos canais de diálogo com os consumidores ajuda a reduzir a litigiosidade, pois evita que questões não resolvidas pelos serviços internos de atendimento ao cliente cheguem ao Judiciário.”

Arthur Luis Mendonça Rollo

desafogar os tribunais do País. “Estabelecer novos canais de diálogo com os consumidores ajuda a reduzir a litigiosidade, pois evita que questões não resolvidas pelos serviços internos de atendimento ao cliente cheguem ao Judiciário”, afirma.

UM PROBLEMA QUE EXIGE EQUACIONAMENTO PRIORITÁRIO

POR FRANCISCO LUIZ NOEL

Entidades de proteção veicular, que atuam sem registro e não assumem os riscos de seus integrantes, têm sido alvo de denúncias frequentes.



A oferta enganosa de cobertura de riscos por associações e cooperativas à margem da fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – Susep continua afrontando autoridades e lesando consumidores em várias partes do País. O combate ao seguro pirata, praticado a título de ajuda mútua em caso de sinistro, tem ainda muitas lutas pela frente, como atesta a atuação de entidades representativas de seguradoras e de corretores e, em

alguns Estados, da Polícia Federal e do Ministério Público. As entidades de proteção veicular, como se apresentam ao público, são mais de 200 em todo o Brasil e movimentam em torno de R\$ 850 milhões por ano, agrupando mais de um milhão de associados, com destaque para caminhoneiros autônomos. As estimativas são do vice-presidente de Relações com o Mercado da Fenacor, Dorival Alves de Sousa.

Na falta de reservas financeiras, estudos atuariais e procedimentos técnicos e gerenciais de seguradoras, fiscalizadas pela Susep, as associações e cooperativas são alvo frequentes de denúncias. “A situação fica mais grave a cada dia. Os adquirentes de produtos dessas entidades têm vivido situações muito desvantajosas diante do que lhes é oferecido”, afirma Dorival, que também preside o Sindicato dos Corretores de Seguros, Empresas Corretoras de Seguros, Capitalização e Previdência Privada do Distrito Federal – Sincor-DF.

LACUNA DA LEI

As associações e cooperativas de proteção veicular, surgidas na década de 1980 no Estado de São Paulo, têm seu maior reduto em Minas Gerais, onde foram criadas por caminhoneiros de “cegonhas”, que transportam automóveis. Previstas no antigo Código Civil, de 1916, essas entidades deixaram de ser mencionadas na Lei 10.406, de 2002, que deu nova redação ao Código, que, no artigo 757, define o contrato de seguro e prescreve que ele deve ser firmado exclusivamente por seguradora,



“Essas associações induzem as pessoas a acharem que pagam por uma garantia, quando, na verdade, estão remunerando os administradores. É na hora do sinistro que elas se dão conta de que foram enganadas.”

Dorival Alves de Sousa

“para tal fim legalmente autorizada”. Sem registro na Susep, as associações e cooperativas têm status jurídico de organizações de auxílio mútuo. Nessa condição, não assumem os riscos de seus integrantes. Em tese, a ocorrência de um sinistro implica a realização de rateio, mediante o pagamento de valores complementares, por parte de todos, para a cobertura do bem perdido por um dos participantes. O dirigente da Fenacor assinala que, embora as entidades de proteção automotiva tentem viabilizar parte dos rateios, as negociações para isso são “um Deus nos acuda”. Em caso de insucesso, os prejudicados têm recorrido ao Judiciário. “Alguns ganham, mas não levam, porque muitas associações

têm matriz em outras cidades, no interior, e laranjas como diretores, o que dificulta o cumprimento de precatórias e a indicação de bens para penhora”, lamenta Dorival Alves de Souza.

Outros percalços judiciais têm exemplo em ação civil pública da Procuradoria da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 2015, contra a Unibras Associação de Auto Proteção, Assistência 24 Horas e Benefícios. Acusada de vender seguro, a entidade foi proibida de atuar pela 7ª Vara Empresarial da capital e apelou ao Tribunal de Justiça. A 9ª Câmara Cível se considerou incompetente para julgar o caso e o remeteu para a 24ª Câmara, especializada em Direito do Consumidor, que ainda não se pronunciou.

COMBATE PERMANENTE

A rigor, o combate a essa atividade é uma exigência constitucional de proteção ao consumidor. Isso porque as seguradoras, que desde a habilitação pela Susep, cumprem diversos requisitos e exigências para garantir que compromissos assumidos diante do consumidor serão honrados no futuro. Já as associações, sem formar provisões técnicas, sem oferecer contratos equilibrados e sem ter a solvência controlada, não protegem seus clientes, deixando-os frequentemente desamparados.

A Susep recebeu 791 queixas contra a oferta não autorizada de seguros

entre janeiro de 2013 e junho de 2016.

“Essas associações induzem as pessoas a acharem que pagam por uma garantia, quando, na verdade, estão remunerando os administradores. É na hora do sinistro que elas se dão conta de que foram enganadas”, testemunha Dorival Alves de Souza, acrescentando que os sindicatos recebem muitas reclamações de pessoas que achavam ter uma apólice de seguro.

Para o vice-presidente da Fenacor, essas entidades, que se valem dos princípios associativistas para ficar à margem do sistema tributário e da lei regulatória, deveriam ser fechadas. Ele defende a realização de operações do Ministério Público, da Receita Federal e da Polícia Federal, ressaltando que em poucos estados a PF inclui o seguro nas ações contra a pirataria.

Problema semelhante, aponta, ocorre com órgãos de defesa do consumidor, pois a filiação a uma entidade não cria relação de consumo.

Uma operação policial, batizada de Insurance, foi feita em dezembro pela PF em Caruaru (PE), com autuação de duas organizações acusadas de vender seguro pirata. Na Shalom Reparação de Motos Ltda., a Susep atestou, em parecer solicitado pela Polícia, indícios de transferência de riscos para a empresa mediante os pagamentos mensais, em desrespeito ao Decreto-Lei 73/1966 e ao Código Civil.

REAJUSTE NOS PLANOS NÃO SUPORTA CUSTOS CRESCENTES

POR JOÃO MAURÍCIO CARNEIRO

A solução para equacionar o setor e não onerar o consumidor, segundo o ministro da Saúde, **passa por novos modelos de gestão, busca de eficiência e redução de desperdício.**

A inflação médica, fora de controle, continua a castigar as operadoras de saúde e, na sequência, os consumidores, para os quais parte dos preços é repassada. Os reajustes das mensalidades, insuficientes diante da inflação médica, pressionam orçamentos e afetam a margem de lucro das operadoras e, ao mesmo tempo, geram queixas recorrentes dos consumidores, porque seu peso é cada vez mais significativo nos gastos das

famílias, sobretudo em dias de crise econômica. Como a inflação médica situa-se historicamente na casa de dois dígitos nos últimos anos, o consumidor tem a impressão de que os ganhos das operadoras cresceram, porque olham para a inflação oficial medida pelo IPCA. Ledo engano. Apesar do índice de reajuste das mensalidades anunciado pela ANS, os custos na área de saúde não param de crescer. A inflação na área de saúde ficou em um patamar

muito maior, e a taxa de frequência de atendimentos aumentou, mesmo levando-se em conta a queda de 1,5 milhão no número de usuários de ter planos de saúde, em 2016.

Em entrevista à Revista de Seguros, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que o custo fora de controle é hoje um dos desafios não só da Saúde Suplementar, mas também da Saúde Pública, onerando toda a cadeia e impondo gastos públicos, privados e também para a sociedade cada vez mais crescentes.

“A Saúde Suplementar enfrenta um impasse: os reajustes dos planos privados de saúde são insuficientes, pois a margem de lucro do setor recua ano a ano. Ao mesmo tempo, os planos de saúde tornam-se cada mais onerosos para os

beneficiários, tanto os individuais quanto os coletivos”, assinalou. A solução, avalia o ministro, seria a implementação de novos modelos de gestão, a busca pela eficiência e a redução de desperdício e da imprevisibilidade, além do investimento em programas focados no cuidado à saúde. “São iniciativas que o mercado pode e deve buscar. Ainda assim,



Arquivo Cnseg

diante da perspectiva de aumento de custos que afeta diversos sistemas de saúde, é fundamental discutir com a sociedade a sustentabilidade do setor de saúde”, comentou.

PARCELAS DA POPULAÇÃO

Para a FenaSaúde, deveriam ser implementadas algumas ações, como disciplina de importação de equipamentos e materiais especiais, análise de custo benefício das incorporações tecnológicas, transparência de preços na cadeia produtiva, entre outras, para evitar que os planos encareçam demais e tornem-se restritos a pequenas parcelas da população.

Na avaliação da Federação, o custo crescente da cadeia prejudica operadoras e consumidores. Na condição de gestora, as operadoras tentam, sem sucesso, travar a grande escalada de preços dos serviços médico-hospitalares e, mesmo com sacrifício de margem, decrescente nos últimos anos, ainda precisam repassar parte da inflação médica em um momento em que empresas (no caso de planos coletivos) e indivíduos, têm enormes dificuldades de conviver com novos custos. Mesmo os reajustes mais tênues, tendo em vista a mais grave crise econômica experimentada pelo País nos dois últimos anos, são absorvidos com enormes dificuldades ou tornam-se inviáveis, em alguns casos,



Google

“ Diante da perspectiva de aumento de custos, que afeta diversos sistemas de saúde, é fundamental discutir com a sociedade a sustentabilidade do setor. ”

Ricardo Barros

mostrando que o mercado marcha num sentido insustentável. De acordo com levantamento da Federação, a despesa assistencial per capita, em 2016, foi de 19,17%. Por sua vez, a Variação de Custo Médico Hospitalar – VCMH estimada foi de cerca de 20%, tendo em vista um conjunto de planos individuais, segundo o Instituto de Estu-

dos de Saúde Suplementar – IESS, em 2016. No ano anterior, foram realizados 759 milhões de exames e 267 milhões de consultas. Em 2016, esses números saltaram para 917 milhões e 301 milhões, respectivamente. Para comprovar a pressão de custo que atinge o setor, a FenaSaúde cita, como exemplo, o teste Ergométrico Computadorizado, precificado em R\$ 241,26, em média. Em 2016, foram realizados mais de 3,8 milhões deste tipo de exame, aumento de 8% na comparação com 2015. Somente o aumento de 268 mil exames representa um custo estimado de R\$ 65 milhões nas despesas das operadoras.

DESEMPREGO E RENDA

No ano passado, as operadoras de Saúde Suplementar constataram a perda líquida de beneficiários em virtude do desemprego e da falta de renda das famílias. O resultado é que poderá haver uma sobrecarga no SUS, no atendimento às pessoas que ficaram sem planos privados, ainda mais em um cenário de contingenciamento de recursos públicos para garantir o superávit primário.

Ao comentar esse quadro, Ricardo Barros explica que o Sistema Único de Saúde – SUS atende a 150 milhões de pessoas que dependem exclusivamente da rede pública para ter acesso aos serviços de saúde. O atendimento da população que perdeu seus planos privados representa

aumento de até 2%, o que pode ser absorvido pelo SUS, segundo ele. “O Brasil é o único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes que tem um sistema de saúde público gratuito, garantido pela Constituição Federal. Todos os brasileiros têm direito ao SUS, inclusive aqueles que conta com um plano de saúde privado. O cidadão é que decide se quer um conforto adicional no acesso à saúde e por quais serviços está disposto a pagar”, informa.

PLANO POPULAR

Atualmente, a ANS estuda a possibilidade de autorizar a oferta de planos de saúde acessíveis, a pedido do Ministério da Saúde. Entre as propostas em análise, está a oferta de mecanismos de redução dos custos, com a adoção de franquias e coparticipações.

O ministro da Saúde lembra que, para dar alternativa à população que perdeu seus planos de saúde, o Ministério da Saúde reuniu, para discussão, mais de 20 instituições ligadas ao segmento, no intuito de buscar uma alternativa acessível para esse público. O grupo sugeriu três propostas de planos de saúde populares que estão sendo analisados pela ANS: simplificado, ambulatorial mais hospitalar e regime misto de pagamento.

“Nenhuma das propostas interfere no direito de qualquer cidadão brasileiro acessar a rede pública de saúde, tendo ele plano privado ou não. A agência já iniciou uma nova rodada de discussão com os diversos setores envolvidos, como representantes dos profissionais de saúde, gestores e defesa do consumidor”, acrescenta.

COMO A ANS CALCULA O ÍNDICE DE REAJUSTE

A Agência Nacional de Saúde Suplementar ressalta que há uma diferença entre o índice de reajuste dos planos de saúde e os índices gerais de preço, ou índices de inflação. O primeiro mede a variação de preços dos insumos de diversos setores, como alimentação, bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transporte, despesas pessoais, educação e comunicação, além do item saúde e cuidados pessoais.

O reajuste divulgado pela ANS é

um índice de valor que agrega variação de preços e de quantidades e é composto pela variação da frequência de utilização de serviços e da incorporação de novas tecnologias e pela variação dos custos de saúde.

Segundo a ANS, a metodologia aplicada para obtenção do índice máximo de reajuste dos planos individuais/familiares baseia-se nos percentuais de reajuste dos contratos coletivos com mais de 30 beneficiários. Esses contratos passam por tratamento estatístico e resultam no índice máximo de reajuste dos planos individuais novos a ser aplicado no período seguinte.

SINISTRALIDADE X CUSTOS

O ministro da Saúde cita os dados da publicação Prisma Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar, da ANS, indicando que, em 2016, o setor fechou o 4º trimestre com R\$ 161,38 bilhões em contraprestações efetivas (faturamento com operação de planos de saúde). O número, segundo Ricardo Barros, representa crescimento nominal de 12,67% em relação a 2015.

Por outro lado, ele reconhece que as despesas com pagamentos de serviços de assistência à saúde dos beneficiários de planos privados tiveram variação maior que a das contraprestações: aumento nominal de 14,13% em relação a 2015, totalizando R\$ 137,05 bilhões. “Diante dessa variação maior nas despesas do que nas receitas, os indicadores de sinistralidade e de variação de custos apresentaram piora no período”, observou o ministro.

Na avaliação dele, mesmo com o aumento crescente dos custos, houve melhora no resultado financeiro do setor de Saúde Suplementar em 2016, o que reverteu em resultados operacionais negativos e levou a uma margem de lucro positiva.

O ministro acrescenta que a robustez financeira e solvência do setor podem ser atestadas pelos ativos garantidores das provisões técnicas que registraram, no último trimestre de 2016, quase R\$ 24 bilhões – crescimento nominal de 16,74%, no comparativo com 2015. “Essencialmente, foi o rendimento desses ativos garantidores que propiciou a melhora no resultado financeiro e, por conseguinte, contribuiu para a margem de lucro líquida positiva do setor”, concluiu.



SEGUROS E CONSUMIDORES: UMA RELAÇÃO EM FRANCA EVOLUÇÃO

POR ROBERT BITTAR, Presidente da Escola Nacional de Seguros

Antes vistos apenas com a finalidade de proteção diante do risco de perder bens ou vidas, os seguros incorporam novos riscos impostos pelas mudanças de hábitos.

O consumidor brasileiro obteve inúmeras conquistas nas últimas décadas, em meio às adversidades econômicas e ao recente retrocesso dos indicadores de crescimento, notadamente os de emprego. Fato é que aqueles que migraram de classe social, formando a nova classe média, não estão dispostos a abrir mão das aquisições.

O acesso a bens e serviços pela população gerou a necessidade de mais proteção e transparência. E isso tem importante participação do setor segurador, que se qualificou, se democratizou e empreendeu, oferecendo enorme gama de soluções e produtos a milhões de cidadãos. Ou seja, há muito os seguros deixaram de ser um serviço reservado às elites, conquistando a preferência também das camadas de menor renda.

Entre as mudanças positivas, está a edição de uma lei de proteção dos direitos – o Código de Defesa do Consumidor. E daí advieram órgãos destinados a disciplinar o cumprimento das regras contratuais, como Procons, agências reguladoras, além de SACs e Ouvidorias nas empresas. Respalçadas, as pessoas passaram a exigir melhores serviços e diversificação de ofertas. Já o setor de seguros esmerava-se

para atender a esses clamores.

A reboque disso, veio a premência de qualificar ainda mais a mão de obra, desde as bases técnicas até as que têm relação direta com o público. Assim, ao investir nos canais de comunicação com seus clientes e na formação dos corretores e demais profissionais, a indústria seguradora tem posição pioneira e estratégica. O brasileiro ganhou voz, o que aumentou seu poder de escolha e sua importância como agente fiscalizador das normas.

Os seguros, hoje, estão presentes em todas as atividades: produção rural; indústria; transporte; proteção contra perdas dos bens e de vidas; para suprir a falta do emprego, da renda; como programação eficaz das finanças; com o fim de assegurar o direito à saúde, à educação e à previdência. Até a histórica figura do avalista ou fiador está ficando ultrapassada.

São muitas as contribuições dos produtos, mas é preciso ir além. Antes vistos apenas com a finalidade de proteção diante do risco de baixa material ou de vida, os seguros se expandiram, beneficiando as diversas classes sociais e empresas de todos os portes – e ainda incorporando “novos riscos” impostos pelas mudanças

“ Há muito os seguros deixaram de ser um serviço reservado às elites, conquistando a preferência também das camadas de menor renda. ”

de hábitos, como as propiciadas pelas novas tecnologias. Dessa forma, é necessário que sejam compreendidos em sua amplitude e em seu caráter previdente. É aí que, sensibilizado quanto ao uso racional dos recursos, à finalidade das coberturas e às regras dos seguros, de acordo com cada público, o cliente torna-se peça fundamental para a sustentabilidade desse sistema. Não por acaso, a CNseg faz parte do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), com posição estratégica e ativa na responsabilidade de disseminar informação. A missão do setor – abraçada pela Escola Nacional de Seguros – é propagar conhecimento e promover o aperfeiçoamento. Mas precisará sempre contar com seu maior parceiro: o consumidor.

CONGRESSO DEBATE DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATOS DE GARANTIA DE OBRAS

POR JORGE CLAPP

Vital para a infraestrutura do País, o Seguro Garantia é tema de 30 proposições legislativas. **Mercado defende a delimitação da responsabilidade do agente garantidor**

O mercado de seguros está pronto para ajudar o Brasil a resolver dois dos seus principais problemas na área de infraestrutura: o atraso na conclusão das obras públicas e a qualidade do serviço prestado. Antes, porém, é preciso alterar ou ajustar as normas que regem o Seguro Garantia, adequando a legislação vigente às novas necessidades do País. Não por acaso, o tema é tratado por 30 proposições no Congresso Nacional.

A principal delas é o Projeto de Lei 6.814/2017 (que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), já aprovado no Senado e encaminhado à Câmara. Segundo o presidente da Comissão Técnica de Riscos de Crédito e Garantia da FenSeg, Roque Junior de Holanda Melo, o texto enviado para a Câmara precisa ser adequado, pois, caso contrário, o mercado pode até ficar impossibilitado de absorver riscos. A sugestão é de que seja suprimido o trecho que define a sub-rogação da seguradora nos direitos e obrigações

do contrato. Se a alteração não for feita, será muito mais difícil retomar e concluir a obra, na medida em que a seguradora poderá ser responsabilizada, por exemplo, pelo pagamento de impostos atrasados, obrigações com terceiros ou mesmo indenizações por danos causados. “É necessário delimitar a responsabilidade do agente garantidor à retomada e conclusão da obra”, argumenta.

Na visão de Roque Melo, as seguradoras não devem assumir a responsabilidade de fiscalizar a obra, respon-

sabilidade que cabe ao Estado, que pode criar mecanismos para contar com o suporte de terceiros no tocante à fiscalização. Também não podem responder pela auditoria técnica e contábil, função que deve ficar a cargo de empresas independentes e especializadas.

EMIÇÃO DE EMPENHO

O mercado não concorda com a emissão de empenho em nome das seguradoras e sugere que fique sob a responsabilidade de quem for indicado por estas companhias, pois, em caso de retomada da obra, não será a seguradora que irá efetuar os serviços, mas, sim, a empresa contratada. Outro ponto que preocupa é o que indica os funcionários das construtoras como beneficiários das apólices. A proposta desvirtua o produto e traz uma situação de absoluta incompatibilidade de risco. Por duas razões. Primeiro, porque a garantia visa repor os prejuízos do Estado em eventual condenação em ações trabalhistas, até porque a responsabilidade pelo

Google



pagamento dos trabalhadores, via de regra, deve recair sobre o contratante. Segundo, porque há ainda a questão do pagamento de multa, em caso de não retomada da obra. O mercado alega que eventuais multas devem ser impostas ao contratante inadimplente e não ao agente garantidor. Neste caso, a experiência internacional demonstra que, mesmo nos países que atuam com percentual de 100% de garantia do valor do contrato, há a possibilidade de retomada ou de pagamento da indenização. Até porque, em alguns casos, a impossibilidade de retomada da obra independe da vontade da seguradora.

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Quanto ao percentual de garantia, Roque Melo observa que, aprovado o novo limite para contratações públicas, sobretudo para obras de grande vulto, as seguradoras certamente necessitarão alterar substancialmente a forma de analisar e gerenciar os riscos. “O mercado defende o percentual de 30% de garantia, que, aliado ao saldo contratual, seria suficiente para proporcionar a retomada e conclusão da maioria dos empreendimentos”, frisa o executivo. Ele acentua que não se pode comparar o modelo americano (*surety bond*), que oferece garantias de 100% do valor do contrato há mais de 120 anos, com o mercado brasileiro, onde o seguro garantia é utilizado há pouco mais de uma década e meia. Aspecto também relevante é que, com o aumento excessivo das garantias, as empresas brasileiras sofrerão com a insu-

ficiência de capacidade junto ao mercado segurador. “Não estamos falando de capacidade de resseguro, mas de capacidade financeira das próprias construtoras (tomadores) junto às seguradoras. O fato certamente inviabilizará a utilização do seguro garantia pelas pequenas e médias empresas, e mesmo as de grande porte limitarão a utilização do produto a poucas apólices, até seus limites de crédito serem totalmente tomados”, adverte.

Roque Melo ressalta que não há prejuízo



Divulgação

“ O mercado defende o percentual de 30% de garantia, que, aliado ao saldo contratual, seria suficiente para proporcionar a retomada e conclusão da maioria dos empreendimentos. ”

Roque Melo

para o Estado em aceitar as sugestões de adaptações propostas pelo mercado de seguros. “São essenciais algumas adaptações ou ajustes textuais, que não alteram o principal anseio do Governo. Por outro lado, caso não sejam acolhidas, o mercado não terá condições de operar o produto, pelas razões apontadas acima”, adverte.

SINTONIA FINA

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara, onde tramitam vários projetos que foram apensados, o relator da proposta, deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), mantém uma posição que vai ao encontro da tese defendida pelos seguradores.

Na visão do parlamentar, é fundamental analisar a experiência internacional sobre o tema. Contudo, ele entende que, embora seja comum a adoção por alguns países de percentuais de até 100% do valor do contrato para limite do seguro garantia, como os EUA, esse teto não se adequa ao mercado brasileiro.

Para o relator, merece mais atenção o modelo italiano, em que inicialmente foi adotado um seguro garantia de 100% do valor do contrato, medida que gerou muito mais problemas do que soluções. “Na Itália, houve consenso em reduzir o seguro para 30%. Para o caso brasileiro, essa solução parece ser adequada e encontra apoio da Susep e do mercado. Por isso, propus o seguro garantia de 30% do valor do contrato para todas as obras públicas”, observa Mitidieri.

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA PROVOCADA PELA TECNOLOGIA

POR LUCIANA CALAZA

Os chamados contratos inteligentes simplificariam o processo de empréstimos, **reduziriam custos de produção e resultariam em uma rápida transferência do título da propriedade.**



Arquivo CNet

Um estudo produzido pela Capgemini, consultoria global na área de tecnologia e terceirização, revela que a maior parte dos consumidores poderia economizar mais de US\$ 500 por ano em taxas bancárias e de seguros, graças ao surgimento de um novo tipo de contrato inteligente, baseado na tecnologia blockchain. O relatório é fundamentado por discussões realizadas

com profissionais da indústria, startups e acadêmicos do setor de serviços financeiros, que preveem a plena adoção da tecnologia até 2020. Os chamados contratos inteligentes assemelham-se às minutas contratuais padronizadas que têm valor legal e são suportadas por um conjunto de termos e condições. A diferença é que eles são eletronicamente programados

e embasados em registros distribuídos, como a tecnologia blockchain. Assim, entregas e tarefas podem ser executadas por meio de uma instrução “if-then”: “se” um pedido for entregue, “então”, o pagamento será feito; “se” satisfeitas certas condições, “então” a compra será realizada. Ou seja, quando alcançada uma condição preestabelecida, programada, o contrato é executado automaticamente.

Ao se comprar uma casa, por exemplo, em vez do atual processo que envolve uma documentação complexa e intervenção manual, os detalhes seriam compartilhados numa rede de contratos inteligentes, conectando todas as partes no sistema. Este procedimento simplificaria o processo de empréstimos, reduziria custos de produção e resultaria em uma rápida transferência do título da propriedade. O desembolso subsequente de montantes de empréstimos e pagamentos de juros ocorreria automaticamente, conforme os termos codificados no sistema.

IMPACTO SIGNIFICATIVO

O estudo da Capgemini concentra-se na indústria financeira, na qual a tecnologia e os sistemas sustentados por blockchain já estão em desenvolvimento em importantes instituições. O relatório detalha três grandes áreas nas quais estão previstas a inclusão de contratos inteligentes, como forma de trazer um impacto significativo para consumidores e empresas: bancos de varejo, seguradoras e bancos de investimentos. No caso das seguradoras, os contratos inteligentes acelerariam as solicitações de todas as áreas, como seguro saúde, automotivo, residencial e seguro viagem, demandando menos



“Somente na indústria de seguro automotivo, os contratos inteligentes devem proporcionar às seguradoras redução de custos anuais de aproximadamente US\$ 21 bilhões em todo o mundo.”

Carlos Eduardo Mazon

formulários a serem preenchidos e reduzindo interações entre os requerentes e as seguradoras.

O COO da Capgemini no Brasil, Carlos Eduardo Mazon, informa que um sistema inteligente traria todas as partes para a cadeia de valor do seguro – consumidores, seguradoras, agentes de sinistros e corretores – em uma única plataforma. Isso resultaria num processamento de solicitações muito mais rápido e sem interrupções devido à documentação reduzida, menor dependência de verificações manuais e processamento mais rápido dos pagamentos aos corretores.

“Somente na indústria de seguro automotivo, estima-se que os contratos inteligentes tenham potencial para proporcionar às seguradoras redução de custos anuais de aproximadamente US\$ 21 bilhões em todo o mundo. Se as instituições repassassem metade

desse valor, os consumidores teriam uma economia média anual de US\$ 45 sobre os prêmios”, explica.

As amplas aplicações do blockchain, assim como os potenciais benefícios para os consumidores, têm levado muitas organizações a explorá-los como uma questão prioritária. É o caso da IRB Brasil Resseguros, segundo o diretor de Tecnologia da Informação do instituto, Sergio Rosa:

“Uma vez registrado no blockchain, esse programa torna-se imutável, dando conforto às partes de que não haverá nenhuma alteração ao longo da existência do programa. Por isso, o nome contrato inteligente, pois as cláusulas do contrato são transcritas em código de computador e armazenado num livro-razão imutável e auditável”, informa. “Como um contrato de seguro pode ser traduzido por transações financeiras baseadas em eventos – pagamento de prêmio, comissões, sinistros etc. –, ele pode ser representado por um contrato inteligente”, acrescenta.

Para os pesquisadores de blockchain,

“Como um contrato de seguro pode ser traduzido por transações financeiras baseadas em eventos – pagamento de prêmio, comissões, sinistros etc. –, ele pode ser representado por um contrato inteligente.”

Sergio Rosa

chegamos a um ponto em que a tecnologia pode, e vai, levar a uma revolução nos contratos, o que beneficiará extremamente a indústria na redução de riscos, no corte de custos e na melhoria da eficiência operacional. Os clientes serão beneficiados não só financeiramente, mas também com processos mais simples e livres de muitas dificuldades que enfrentam hoje.

O QUE É BLOCKCHAIN?

É uma plataforma pública de processamento de dados, que oferece conectividade, criptografia, repositórios distribuídos de dados, automação de processos e até transações de ativos. Em termos práticos, oferece acesso público e livre a documentos, dados e registros armazenados na sua rede. Os usuários fazem operações uns com os outros, sem a necessidade de intermediários, e as transações são verificadas na rede por ‘mine-radores’, como são conhecidos os computadores ou sistemas que validam as informações até que sejam registradas em um banco de dados de contabilidade pública. Desenvolvedores de sistemas, startups e diversas empresas viram na tecnologia a possibilidade de acabar com intermediários não só para transferência de recursos, mas para outras atividades. Por isso, têm dedicado tempo e recursos para criar sistemas seguros baseados em blockchain.

CARVÃO: GUINADA NA POLÍTICA DE SUBSCRIÇÃO

Uma multinacional francesa anunciou, em maio, uma guinada na sua política de subscrição de grandes riscos na área de energia, ao decidir que não aceitará (nem renovará) riscos de empresas que obtenham mais de 50% do faturamento a partir do carvão. Antes disso, a companhia já havia retirado os recursos de suas provisões técnicas de empresas com perfil poluidor.

Embora seja esperada uma queda na receita de prêmios a curto prazo, os acionistas estão convencidos de que a legislação mundial tende a ser

cada vez mais severa com empresas cuja matriz energética seja fortemente dependente de combustíveis fósseis.

A decisão de tornar o carvão um risco excluído, portanto, tem a ver com os custos judiciais maiores que recairão nas seguradoras que oferecem coberturas a riscos ambientais, tendo em vista leis mais vigorosas. Ao mesmo tempo, é mais

uma contribuição para incentivar a chamada energia verde que varre a Europa, onde geradoras movidas a carvão buscam alternativas, como gás natural, para produzir energia. Ou instalam novas usinas movidas a energia eólica ou solar.



Arquivo CNAseg

LIVRO AVALIA RISCO NA AGROPECUÁRIA

Uma publicação que lista os riscos e alerta sobre diversas ameaças que circundam a agropecuária acaba de sair dos prelos. A iniciativa é do Centro de Pesquisa e Economia do Seguro – CPES, da Escola Nacional de Seguros, que lançou o livro “Manual de Avaliação de Risco na Agropecuária – Um Guia Metodológico”. Em breve, a publicação estará à venda no www.funenseg.org.br

Fruto de parceria do CPES com o Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental da Unicamp e o Grupo Banco Mundial, a obra aborda medidas para prevenir evento adverso, mitigar impactos e enfrentar os efeitos negativos, além de propor exercícios para melhor compreensão do assunto. A saúde da agropecuária é estratégica, porque é responsável por 33% dos empregos e responde por 23% do PIB do Brasil, que é o segundo maior exportador de alimentos do mundo.



LIÇÕES CHILENAS APÓS A CATÁSTROFE DE 2010

Sete anos depois de o terremoto de 8,8 graus na escala Richter ter sacudido o centro-sul do Chile, a indústria de seguros daquele país está mais preparada para suportar novas catástrofes. Naquele evento, cerca 1,5 milhão de residências foram danificadas, pontes e estradas destruídas, abalando a infraestrutura do país. As perdas econômicas superaram US\$ 30 bilhões (15% do PIB chileno).

As seguradoras chilenas e resseguradoras globais responderam por US\$ 6,3 bilhões, transformando o evento um dos mais onerosos para o mercado e ratificando a importância do seguro. Antes da catástrofe, havia cerca de 151 mil apólices para movimentos sísmicos.

De lá para cá, os valores de coberturas para danos causados por terremotos e maremotos aumentaram 70%, no acumulado até setembro de 2016. E, mesmo assim, os clientes não deixaram de incluir o seguro entre os produtos de primeira necessidade. A demanda por garantias mais que dobrou para riscos decorrentes de sismos e tsunamis.



Prêmio
NACIONAL de
JORNALISMO
em **SEGUROS** 2017

6 categorias de
reportagem

Prêmios de
R\$270mil*

Acesse o regulamento:
www.fenacor.org.br/premiodejornalismo

Inscrições até
31 de outubro

FENACOR



ESCOLA NACIONAL
de SEGUROS

IRB Brasil RE

Líder em resseguros no Brasil

Assessoria de imprensa

LUPA

* Valor total da premiação

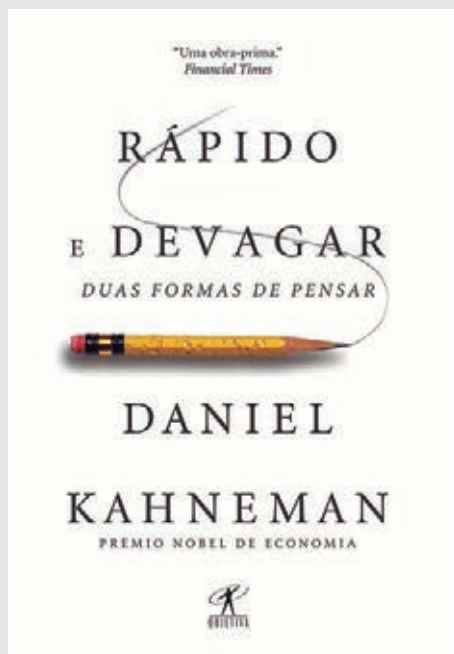

JOSÉ CECHIN

Diretor Executivo da FenaSaúde

Opinião: “Modela-se o Homo Economicus como ser racional. Nem poderia ser diferente, pois como se modelariam as escolhas na ausência de racionalidade? Nem sempre as escolhas são fundadas na lógica, como mostra o instigante livro de Kahneman. Pensamos de duas formas: uma rápida, instintiva,

impressionista e moldada por emoções; outra, devagar, mobilizada intencionalmente, calculista e lógica. Muitas decisões resultam do pensamento rápido, por isso, sujeitas a erros sistemáticos. Vale a leitura”.

Sinopse: O autor nos leva a uma viagem pela mente humana e explica as duas formas de pensar: uma rápida, intuitiva e emocional; a outra, mais lenta, deliberativa e lógica. Kahneman expõe as capacidades extraordinárias – e também os defeitos e vícios – do pensamento rápido e revela a influência das impressões intuitivas nas nossas decisões. Comportamentos tais como aversão à perda, o excesso de confiança no momento de escolhas estratégicas, a dificuldade de prever o que vai nos fazer felizes no futuro e os desafios de identificar corretamente os riscos no trabalho e em casa só podem ser compreendidos se soubermos como as duas formas de pensar moldam nossos julgamentos.


**Rápido e Devagar –
Duas formas de pensar**
Autor: Daniel Kahneman

Editora: Objetiva

Ano: 2012

JOAQUIM MENDANHA DE ATAÍDES

Superintendente da Susep

Opinião: “Nesse livro, a autora faz uma análise dos fatos que, segundo ela, foram decisivos para a evolução da crise econômica que assola o Brasil nos últimos anos e, consequentemente, para uma postura de completo desalento diante do futuro. A ‘trajetória’ da crise é construída a partir da coletânea de seus próprios


**A verdade é teimosa –
Diários da crise que adiou o futuro**
Autor: Míriam Leitão

Editora: Intrínseca

Ano: 2017



LUIZ TAVARES
Consultor Jurídico da CNseg

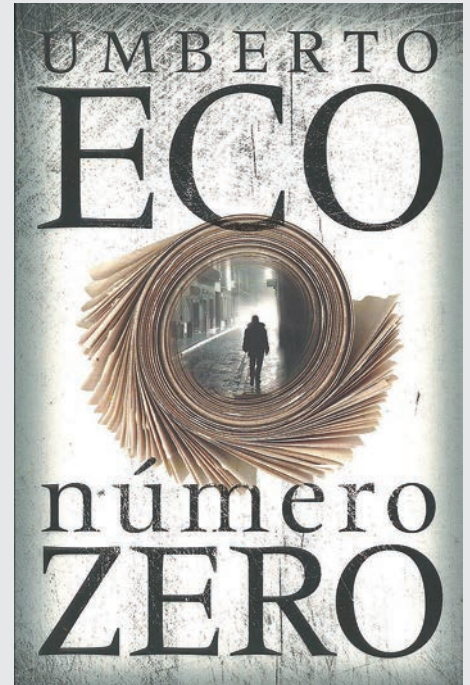
textos escritos entre 2010 e novembro de 2016, na coluna que assina no jornal O Globo, nos quais relata acontecimentos que podem estar relacionados às prováveis causas da crise que nos faz viver hoje esse ‘desgosto econômico’, com inflação, desemprego, encolhimento do PIB, enfim, uma completa desordem institucional, moral e, obviamente, econômica”.

Sinopse: É um livro interessante de se ler para que possamos entender os mecanismos desencadeadores dessa grave crise econômica que assola o país e para que, assim, no entendimento de tal, se construam rotas e comportamentos alternativos e, quiçá, invasivos para nos desvencilharmos das agruras desse momento tão delicado com o menor desgaste possível. Afinal, ao bom entendedor da questão, há meio caminho andado para a solução.

Opinião: “É tarefa difícil escolher um único livro para mencionar aqui na Estante. Há clássicos já lidos que devem sempre voltar à cabeceira, como ‘Os Maias’ do Eça de Queiroz, leitura deliciosa, daquelas que nos deixam órfãos quando terminam. E o que dizer do super clássico de Dostóievski, ‘Crime e Castigo’? E, para citar os brasileiros, a saga de o ‘Tempo e o Vento’, do Érico Veríssimo, que li ainda jovem numa longa e emocionante viagem. Mas, neste espaço, cabe mais a dica de um livro recente e que mereça a leitura por alguma virtude específica. É o caso do livro ‘Número Zero’, do consagrado autor italiano Umberto Eco”.

Sinopse: Vocês podem imaginar um jornal que se chama ‘Amanhã’? Esse é o nome do jornal objeto das hilariantes páginas do livro Número Zero, em preparação por um grupo de redatores contratados na cidade de Milão, para prestar serviços duvidosos a seu editor. Segundo ensinava esse editor, “o destino dos diários hoje é o de ficarem parecidos com semanários. Vamos falar daquilo que poderia acontecer amanhã, com artigos aprofundados, suplementos investigativos, previsões inesperadas...”

Outro assunto é o desmentido. Um jornal também é avaliado



Número Zero

Autor: Umberto Eco
Editora: Record
Ano: 2015

pela capacidade de enfrentar desmentidos. Como se reage a um desmentido claro e elucidativo sem perder o rebolado? Aprenda com os redatores do Amanhã os três elementos fundamentais para um desmentido do desmentido: testemunhos ouvidos, anotações no caderno e incertezas várias quanto à confiabilidade do desmentidor.

Estórias fantásticas, mas com base histórica, são relatadas e constariam do Amanhã, cujo primeiro número, infelizmente, jamais chegou a circular. Leiam e morram de rir com esse verdadeiro manual de mau jornalismo.

ESCOLA LANÇA GRADUAÇÃO INÉDITA NO RIO

POR BIANCA ROCHA

Curso Tecnólogo em Gestão de Seguros concede **diploma de nível superior em dois anos a quem busca visão prática do mercado**

Uma opção acadêmica rápida, segmentada e com mensalidades acessíveis. Essas características chamaram a atenção dos profissionais do mercado fluminense e contribuíram para o sucesso do curso Tecnólogo em Gestão de Seguros, lançado no final do ano passado pela Escola Nacional de Seguros. As vagas para a primeira turma, com 35 alunos, se esgotaram um mês antes do início das aulas, que aconteceu em 6 de fevereiro.

Com duração de dois anos, o curso fornece certificações profissionais parciais (uma a cada semestre) e, ao final, diploma de nível superior. A graduação tecnológica é destinada a quem pretende adquirir uma visão mais prática e focada no setor de seguros.

As inscrições estão abertas para formação da turma do segundo semestre de 2017 e a mensalidade é de R\$ 753. Os alunos que fizeram matrícula até 9 de junho estarão isentos do pagamento da primeira fatura e os que fizeram de 10 de junho a 14 de julho terão 50% de desconto.

Para o diretor de Ensino Superior da Escola, Mario Pinto, o curso preenche uma lacuna na qualificação de mão de obra especializada. “O lançamento

Divulgação



“O curso é voltado para quem deseja desempenhar funções de coordenação no mercado, como elaboração de controles de gestão e supervisão de equipes comerciais e técnicas.”

Mario Pinto

dessa graduação superou nossas expectativas, especialmente em um ano de crise, em que as pessoas estão mais criteriosas e escolhendo a dedo em que área se aprimorar profissionalmente. O mercado do Rio carecia de um modelo acadêmico que oferecesse um ensino de nível superior mais prático e de curta duração, além de mais em conta financeiramente, comparado a outros cursos”, ressalta.

DE OLHO NA QUALIDADE

Segundo Mario Pinto, cerca de 80% dos inscritos na graduação tecnológica já atuam na área de seguros. “O curso é voltado para quem deseja desempenhar funções de coordenação no mercado, como elaboração de controles de gestão e supervisão de equipes comerciais e técnicas. Há ainda campo de atuação em áreas de planejamento, gerenciamento de riscos e administração de empresas. O aluno também tem a opção de estender o curso por mais dois anos e se formar bacharel em Administração. Para a segunda turma, a intenção da Escola é manter o número máximo de 35 alunos. “Queremos ter cautela em relação à quantidade de alunos por turma, para que o controle de qualidade seja mais eficiente”, informa Mario. Os planos para o curso já estão traçados, segundo o diretor. A ideia é lançar, até o fim de 2018, uma graduação tecnológica a distância. “O modelo do EaD nos dá outro patamar de penetração em todas as regiões do País e a expectativa é oferecer esse curso para profissionais de todo o Brasil. Hoje a qualificação profissional é imprescindível para quem desejar crescer na carreira e a Escola faz o seu papel de sempre ofertar cursos novos e que atendam às necessidades do mercado”, conclui.

Como enfrentar os desafios para a retomada econômica?

A 8ª edição da Conferência irá trazer para o debate as **oportunidades** de negócios e os **desafios** que surgem com o início do novo ciclo de crescimento.

Venha discutir como o setor de seguros pode se preparar em um cenário de rápida evolução tecnológica, demandas regulatórias crescentes e de constante busca pela eficiência para oferecer aos consumidores produtos cada vez mais adequados às suas necessidades.

Sete B.com

19 a 21 de Setembro

Windsor Convention &
Expo Center
Barra da Tijuca - RJ

**Você não pode
ficar de fora!**

Aproveite esta
oportunidade para
expandir seus
conhecimentos e
fortalecer seu *networking*.

CONSEGURO2017



Um estímulo à qualificação técnica dos profissionais do mercado segurador.



Inscrições abertas!

Acesse **cpc.cnseg.org.br** e fique por dentro. Inscreva-se!